



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RACHEL GOMES BRAGA MONTE

LIBERDADE DE IMPRENSA E WIKILEAKS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS
DIÁRIOS DE GUERRA DO IRAQUE

Fortaleza
2013

RACHEL GOMES BRAGA MONTE

**LIBERDADE DE IMPRENSA E WIKILEAKS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS
DIÁRIOS DE GUERRA DO IRAQUE**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo.

Orientador: Prof. José Riverson Araújo Cysne Rios.

Fortaleza
2013

RACHEL GOMES BRAGA MONTE

**LIBERDADE DE IMPRENSA E WIKILEAKS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS
DIÁRIOS DE GUERRA DO IRAQUE**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ph.D. José Riverson Araújo Cysne Rios (Orientador)

Universidade Federal do Ceará

Prof.(a) Kamila Fernandes

Universidade Federal do Ceará

Prof. Ronaldo Salgado

Universidade Federal do Ceará

A minha família

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Viviane e Aristides, que nunca me deixaram esquecer os principais valores da vida e foram responsáveis pela formação do meu caráter. Por terem sempre me dado apoio, até quando eu não precisei pedir por isso.

À minha irmã, Débora, por ser mais do que isso sempre, por ser minha ajudante em tudo que preciso, por ser minha amiga e minha companheira sempre.

Às minhas amigas que estão sempre presentes e foram essenciais para que eu encontrasse o tempo e a dedicação necessários para terminar este trabalho.

À Nathália, amiga, que acreditou em mim muitas vezes, mais do que eu mesma, e foi muito importante para mim durante as etapas que mais marcaram a minha vida.

A uma amiga em especial, Amanda, eterna companheira em todos os momentos da faculdade e quem me deu a ideia deste tema.

Aos meus primos, Nara, Vitor, e Clara, por serem tão especiais e sempre se mostrarem disponíveis quando precisei, inclusive durante todas as semanas de todos os semestres deste curso.

Ao professor Riverson Rios, que me orientou desde o início do desenvolvimento da ideia do tema e me fez acreditar que era possível a realização do trabalho em meio a tantas dificuldades.

RESUMO

A discussão da liberdade de imprensa, nos dias atuais, se torna cada vez mais imprescindível diante da necessidade de se entender a prática jornalística e sua evolução no mundo contemporâneo. Diante dos novos limites impostos pelo novo contexto, em que esse novo modo de fazer jornalismo foi criado, o agente ameaçador da liberdade de imprensa deixou de ser apenas o Estado, e passou a ser, também, as imposições desses grandes conglomerados do universo capitalista. O Wikileaks tem desafiado esses limites à liberdade de imprensa, na medida em que divulga documentos secretos e informações relevantes à política internacional.

Este trabalho procura analisar de que forma a liberdade de imprensa é trabalhada diante dos vazamentos de informações secretas pela organização, tomando como estudo de caso a análise dos Diários de Guerra do Iraque. Serão levantadas tais questões: Como o Wikileaks faz para divulgar os documentos? Como foi a repercussão do caso? O que mudou após a divulgação dos documentos?

O tema foi escolhido por se tratar do caso que foi mais divulgado na mídia, ao mesmo tempo em que levantou polêmica em relação à liberdade de imprensa. Para realizar o estudo foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e o estudo de caso para analisar os Diários de Guerra do Iraque.

No Capítulo 1, será realizada abordagem sobre a liberdade de imprensa. No Capítulo 2, a organização do Wikileaks é apresentada; e, no terceiro capítulo, será realizada a análise do caso dos Diários de Guerra e suas consequências.

Concluir-se-á, ao fim deste trabalho, que o Wikileaks desempenhou seu papel diante do conceito primordial da sociedade democrática: a liberdade de informação. Com a divulgação dos Diários de Guerra do Iraque, o mundo deparou-se com uma nova realidade no que diz respeito à interferência da internet nos meios de comunicação e o poder da divulgação de informações na rede perante mudanças na organização da política internacional.

Palavras-chave: Wikileaks. Liberdade de Imprensa. Diários de Guerra do Iraque. Divulgação. Informações.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 CAPÍTULO 1: O JORNALISMO E A LIBERDADE DE IMPRENSA	10
2.1 A liberdade de Imprensa e o direito à comunicação	10
2.2 As barreiras de um jornalismo independente	13
2.3 Imprensa x governo: uma ameaça à liberdade no jornalismo	15
2.4 A liberdade de imprensa e a democracia	17
2.5 Considerações do capítulo	19
3 CAPÍTULO 2: O WIKILEAKS	21
3.1 A organização Wikileaks	21
3.1.1 O prefixo “wiki”	24
3.1.2 O sustento da Organização	24
3.1.3 As pessoas por trás do Wikileaks.....	25
3.1.4 A busca por prestígio	28
3.2 As histórias contadas pelo Wikileaks.....	31
3.2.1 O caso do vídeo Collateral Murder.....	31
3.2.2 Como o Wikileaks verifica suas histórias.....	35
3.2.3 O desafio de traduzir as informações contidas nos documentos	37
3.3 Mantendo o anonimato das fontes	38
3.3.1 A garantia do anonimato das fontes.....	40
3.4 O movimento Cypherpunk	40
3.5 Considerações do Capítulo	42
4 CAPÍTULO 3: OS DIÁRIOS DE GUERRA DO IRAQUE	44
4.1 Metodologia.....	44
4.2 O Caso dos Diários de Guerra do Iraque.....	45
4.3 Análise do caso	50
5 CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

A discussão da liberdade de imprensa, no mundo contemporâneo, se torna cada vez mais imprescindível diante da necessidade de se entender a prática jornalística e sua evolução. O conceito de liberdade de imprensa surgiu em um contexto de questionamento do autoritarismo imposto pelos regimes absolutistas e das restrições às livres manifestações de ideias, de acordo com Surian (2007). Esta "livre" expressão das ideias tornou-se um dos pilares da sociedade democrática, sendo, portanto, um direito dos cidadãos o acesso à informação e, igualmente, de expressão de pensamentos. Com o passar do tempo, os regimes absolutistas foram ~~então~~ sendo substituídos pelos governos democráticos e o jornalismo deixou de representar sua função de simples agente transmissor da verdade para se tornar parte de um negócio, integrando corporações e sistemas que compõem a chamada "grande mídia".

Diante dos novos limites impostos pelo novo contexto em que esse novo modo de fazer jornalismo foi criado, Lima (2009) comenta que o agente ameaçador da liberdade de imprensa não é mais apenas o Estado, mas também as imposições desses grandes conglomerados do universo capitalista.

O Wikileaks, organização sem fins lucrativos, fundado em 2006, que desenvolveu um sistema de colaboradores de informação anônimos ao redor do mundo, tem desafiado esses limites à liberdade de imprensa na medida em que divulga documentos secretos dos governos de grandes países, divulgando informações relevantes referentes à política internacional.

Este trabalho procura analisar de que forma a liberdade de imprensa é trabalhada diante dos vazamentos de informações secretas pela organização, tomando como estudo de caso a análise dos Diários de Guerra do Iraque, nos quais encontram-se a divulgação de 400 mil documentos secretos do governo americano durante a Guerra do Iraque (2003 -2009).

Uma das questões que se pode levantar diante dessa análise é: como o Wikileaks agiu para divulgar os documentos da Guerra do Iraque em meio às dificuldades enfrentadas pela mídia atual, no que diz respeito ao cumprimento de certas condutas e regras propostas pelas empresas jornalísticas e suas ligações com o Estado? Como foi a repercussão dessa divulgação entre os veículos de comunicação e de que modo foi realizada essa parceria? Em relação às implicações políticas, o que mudou após a divulgação dos documentos e de que

maneira o governo norte-americano reagiu aos vazamentos?

A escolha do caso dos Diários de Guerra do Iraque foi feita por se tratar de um dos casos de divulgação do Wikileaks que mais obteve repercussão midiática e consequências políticas, sendo fundamental para o desenrolar do futuro da organização.

Para alcançar esse fim, a metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, baseada no conceito de (STUMPF, 2006), que define como um planejamento de pesquisa inclui etapas como a identificação, localização e obtenção da bibliografia utilizada, até a apresentação de um texto sistematizado. Para isso, foi realizado um estudo de caso, que, segundo GIL (2002), consiste no profundo e exaustivo aprofundamento de um ou mais objetos para que se chegue a seu detalhado conhecimento.

A organização do trabalho está assim apresentada: No Capítulo 1, será feita uma retomada sobre o conceito de liberdade de imprensa e uma abordagem sobre relação com o governo e os problemas enfrentados pela mídia contemporânea. No Capítulo 2, será apresentada a organização Wikileaks e seu modo de funcionamento de modo mais detalhado, apresentando os principais meios utilizados pelo site para realizar o trabalho de divulgação dos documentos secretos. Já no terceiro capítulo, será feita uma análise do caso dos Diários de Guerra do Iraque, assim como uma discussão dos reflexos causados na comunidade internacional e na liberdade de imprensa, após a divulgação. Por fim, seguem as conclusões deste trabalho.

2 CAPÍTULO 1: O JORNALISMO E A LIBERDADE DE IMPRENSA

A liberdade de imprensa é um dos alicerces que sustenta a sociedade democrática. É princípio básico de qualquer nação que respeite os princípios da democracia que a mesma respeite a liberdade, seja ela econômica ou individual, de expressão ou de pensamento. A ideia central de se discutir a importância da liberdade de imprensa em meio à sociedade atual consiste no seguinte fato: sem a imprensa e sem o acesso livre à informação, os indivíduos não terão a mesma liberdade de pensamento e, conseqüentemente, de escolha. Portanto se faz necessário que sejam oferecidas condições adequadas para que a imprensa possa se manifestar sem restrições.

O conceito de liberdade de imprensa, dessa forma, não pode ser estudado de maneira isolada. Atrelada à proposta de manifestar livremente as ideias em uma sociedade, está a noção de que conseqüências serão causadas e o que é necessário, hoje, para se ter um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma imprensa livre. Observando o contexto histórico, em que foi criado o conceito de "liberdade de imprensa", consegue-se notar com facilidade que houve mudanças consideráveis no modo de operação da sociedade no que diz respeito ao modo de se produzir informação. O jornalismo deixou de obedecer apenas a ele mesmo, com o objetivo de informar a população e provocar mudanças de pensamento, e passou a fazer parte de grandes corporações e empresas, quando não de suporte para os interesses do Estado.

A concentração dos meios de comunicação em grandes conglomerados suscita a discussão sobre a importância de sua democratização, assim como a emergência de novas formas de interação e comunicação, entre os quais se inclui o Wikileaks, site de divulgação de informações confidenciais mantidas em sigilo pelos governos. Neste capítulo, serão apresentados alguns pontos importantes sobre as condições necessárias para manter uma imprensa livre de fato, assim como a relação entre essa liberdade e a qualidade das informações que circulam na sociedade.

2.1 A liberdade de Imprensa e o direito à comunicação

Está previsto no artigo 220 da Constituição Federal de 1988: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição”, de modo que o parágrafo 5º estabelece: “Os meios de comunicação social não podem direta ou indiretamente,

ser objeto de monopólio ou oligopólio”¹. A partir deste trecho da Constituição, convém falar sobre alguns aspectos e a importância da liberdade de imprensa, nos dias atuais.

De acordo com Surian (2007), historicamente, a liberdade de imprensa surge no contexto de questionamento do autoritarismo e das restrições à livre manifestação nos regimes absolutistas. Essa liberdade de imprensa articula o âmbito econômico, o espaço de livre circulação das ideias e a necessidade de uma nova forma de estruturação de poder, que deram origem à democracia liberal. Nesse contexto, emerge a identificação entre o papel de fiscalizar o poder, assumido pela imprensa, e as práticas democráticas.

Para iniciar uma discussão sobre a liberdade de imprensa, é necessário primeiro que se entenda a origem deste termo. De acordo com o artigo, "Liberdade de Imprensa", de 1806, de Thomas Paine², político e intelectual britânico, em 1688, na Inglaterra, quando o país ainda não havia tido uma Revolução Industrial, nenhum texto poderia ser publicado sem que antes obtivessem a permissão de um oficial designado pelo governo para inspecionar os escritos. Na França, onde o processo era semelhante, esses oficiais eram chamados de "censores". Para os ingleses, o nome era *imprimeur* e era desempenhado por apenas uma pessoa. Após a Revolução Gloriosa³, esse cargo foi abolido e a partir de então não era mais necessário que os textos fossem revisados antes da publicação.

A partir de então, a impressão de textos começou a ser livre e foi daí que surgiu o termo "liberdade de imprensa". No artigo, Paine afirma, apoiado em Thomas Jefferson, então presidente dos Estados Unidos (1743-1826), que o patrimônio mais importante dos jornais é a sua credibilidade. Ele chama atenção também para o fato de que a liberdade de imprimir nada tem a ver com o conteúdo impresso e que a responsabilidade sobre o conteúdo é daquele que o escreveu.

Podemos entender que a liberdade de imprensa, hoje, é imprescindível para o exercício do jornalismo nos mais diversos campos. Uma imprensa livre é sinônimo de credibilidade e, na maioria das vezes, de qualidade. Ela não apenas interfere no cotidiano dos jornalistas, mas da população como um todo, tendo em vista a necessidade de informação

¹Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca;jsessionid=316ED324C02BAD4544763F7EFAA077DE?q=CONSTITUI%C3%87%C3%83O+FEDERAL,+ART.+220&s=jurisprudencia>>. Acesso em 15/05/2013

²Thomas Paine escreveu este artigo quando voltava aos EUA em sua maturidade. O artigo, de título desconhecido, foi publicado no jornal Americano *American Citizen*, em 19 de outubro de 1806. Disponível em: <<http://www.uark.edu/depts/comminfo/cambridge/tpliberty.html>>. Acesso em 2/07/2013.

³A Revolução Gloriosa aconteceu na Inglaterra entre 1688 e 1689 que foi responsável por eliminar definitivamente o Absolutismo e instituir o Parlamentarismo no País.

por parte dos cidadãos. É daí que surgem os apontamentos sobre o direito dos cidadãos a uma imprensa livre.

Em seu livro *Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa*, Venício de Lima fala sobre o que ele chama de “direito à comunicação”:

O direito à comunicação significa hoje, além do direito à informação, garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual. Essa garantia tem de ser buscada tanto “externamente” – através da regulação do mercado – quanto internamente à mídia – através do cumprimento dos Manuais de Redação que prometem (mas não praticam) a imparcialidade e a objetividade jornalística. (LIMA, 2010, p. 36)

Já Eugênio Bucci, em seu livro *A Imprensa e o Dever da Liberdade*, fala sobre o significado de liberdade no campo prático do jornalismo e sobre a questão do direito à liberdade de imprensa. Para o autor, o dever da liberdade no jornalismo é algo concreto. A sociedade tem o direito de contar com os serviços dos jornalistas e dos veículos noticiosos assim como tem o direito de contar com serviços básicos, como saúde e educação de qualidade. Portanto, na perspectiva do autor, a liberdade no campo do jornalismo é dever para o jornalista na mesma medida que é um direito para o cidadão.

Pode-se inferir a partir do que foi dito que para o jornalista fazer um trabalho livre e independente de interesses ou de empresas é um dever na sociedade. Bucci (2009), ainda sobre a chamada materialização da liberdade na imprensa, afirma que a mesma pode ser percebida através do grau de independência dos veículos informativos (e de seus operadores) em relação aos interesses organizados, sejam eles econômicos, políticos, religiosos, sindicais, científicos e assim por diante. (BUCCI, 2009). Lima (2010), para reforçar a ideia, entende também que a liberdade de imprensa é um direito fundamental do homem, como os direitos à saúde e educação (LIMA, 2010, p. 68):

Venício de Lima ~~fala~~ discorre sobre a trajetória histórica que colocou barreiras na liberdade de imprensa e transformou o jornalismo em algo que não tinha mais apenas o dever de informar. Segundo o autor, no início, o Estado, absoluto, se apresentava como agente autoritário, que censurava os meios de comunicação naquela época. Com o surgimento da democracia, o poder absoluto foi sendo substituído pelo Estado Democrático de Direito, que continuou a representar uma ameaça à liberdade de imprensa. Aos poucos, a imprensa começou a se transformar em mídia, um grande “negócio”, o que tirou do Estado a prioridade quanto à sua condição de agente ameaçador.

Os grandes jornais passaram a fazer parte de conglomerados empresariais multimídia com amplos interesses econômicos e políticos e eles se constituíram em atores importantes na disputa pelo poder nas sociedades democráticas. A ameaça à liberdade de expressão passou a vir não somente do Estado, mas também desses grandes conglomerados. (LIMA, 2009, p. 67).

O autor procura explicar que com o passar do tempo, o Estado foi deixando de ser o único a tentar “impedir” a liberdade de imprensa. Com a transformação do jornalismo em negócio, sendo administrado por empresas privadas, na maioria das vezes, essas próprias empresas começaram a apresentar também impedimentos ao jornalismo livre, o que nos leva a refletir sobre o futuro da liberdade de expressão no jornalismo nas décadas seguintes, já que a tendência foi tornar o jornalismo, cada vez mais, parte de uma grande corporação. Na próxima sessão, discutiremos a questão do jornalismo independente e dos fatores que podem determinar esse grau de independência nos meios de comunicação contemporâneos.

2.2 As barreiras de um jornalismo independente

Foi dito anteriormente o quão é necessária a prática de um jornalismo livre e “sem amarras” na sociedade e como a existência dessa prática pode trazer credibilidade. No entanto, não é comum encontrarmos, atualmente, veículos de comunicação que sejam totalmente independentes e 100% livres, já que existe uma rede de sustentação entre as instituições na sociedade que impede a imprensa de não depender de nenhum outro meio. É a chamada interdependência. Para Bucci (2009), a imprensa se relaciona com outros campos da comunicação, como a publicidade, o entretenimento, os governos, as assessorias de imprensa, as ONGs etc.

Os sistemas se conectam em relações que envolvem interdependências recíprocas, mas sobretudo aí, há que se observar a premissa da independência em alto grau - caso contrário, a interdependência será apenas um termo eufemístico para esconder a real submissão de um sistema a outro. Também na imprensa, portanto, a palavra independência é nuclear. Aliás, hoje, para o jornalismo, ser independente talvez seja ainda mais necessário. (BUCCI, 2009, p. 14).

O autor comenta um aspecto muito importante para que seja compreendida essa relação entre liberdade e independência. Para que uma imprensa seja livre, ela deve, necessariamente, ser independente. Uma coisa é pré-requisito para a outra. Segundo Bucci: "A liberdade tem isso de muito curioso: ela só existe quando se expande. Se a imprensa não é capaz de expandi-la, a imprensa não é livre." (BUCCI, 2009).

Lima (2010) discute a questão da independência no jornalismo partindo de dois pontos básicos: primeiro, que o jornalismo é uma atividade exercida por profissionais em empresas de diversas mídias (impresso, TV, rádio, eletrônico) e que pode ser exercida em empresas públicas, privadas ou estatais; segundo, quando se usa a expressão “jornalismo independente”, o adjetivo “independente” significa “livre de qualquer sujeição, autônomo”.

Faz parte do senso comum acreditar que a principal “força” ameaçadora da independência do jornalismo é o Estado. Mas seria apenas o Estado a barreira principal que impede a existência de uma atividade jornalística livre? Segundo Lima (2010), atualmente existem diversos outros fatores que podem interferir na liberdade de imprensa além do Estado. Esses fatores podem vir do poder econômico, como também dos grupos de empresas dos quais os veículos de comunicação fazem parte. O autor diz ainda que, inclusive, os próprios jornalistas podem vir a se tornar ameaças à independência do jornalismo, praticando a autocensura e internalizando regras empresariais de atuação baseadas nos interesses dos empresários da mídia.

Como se vê, a questão do jornalismo independente é complexa e comporta um amplo leque de considerações que apontam para a impossibilidade da existência de uma prática jornalística inteiramente livre de constrangimentos – vale dizer, um jornalismo que pairasse acima das disputas de poder que existem no seio da sociedade. Pode-se afirmar com segurança, no entanto, que as limitações à independência e autonomia do jornalismo não se originam apenas no Estado, mas estão presentes, inclusive, no interior dos grupos de mídia e no próprio exercício da profissão de jornalista- (LIMA, 2009, p.116).

Para que se entenda o grau de independência de um veículo de comunicação, existem alguns fatores que, segundo Bucci (2009), permitem que possamos concluir o quão independente é o veículo. Ao responder perguntas como: quem paga as contas da publicação, quem paga os jornalistas, e a quem a redação presta contas; podemos saber se aquele meio de comunicação é de fato independente. Outros fatores, como a predominância de grupo particular de assinantes ou patrocinadores e a análise das fontes de uma publicação, também permitem concluir o grau de independência dos veículos de imprensa.

Tudo isso ajuda a precisar o grau de independência e, por decorrência, a solidez dos pré-requisitos para o cultivo e para a expansão da liberdade. Por esse caminho, podem-se averiguar a capacidade e a autonomia das redações para estabelecer suas agendas, suas pautas e suas edições sem ter que prestar contas a ninguém. (BUCCI, 2009, p. 16).

Entendemos, portanto, que a questão da independência no jornalismo não pode ser

vista como um fenômeno isolado, ela está interligada a fatores que a condicionam. É necessário que se estude esses fatores antes de determinar se o veículo é independente ou não. As redações de jornal, atualmente, formam um ambiente propício para um fazer jornalístico tendencioso, que, na maioria das vezes, não depende apenas do corpo de jornalistas que a compõe. Na próxima sessão, será apresentado um exemplo de um dos casos que podem representar maior ameaça à liberdade dos meios de comunicação de uma nação: a ligação próxima entre governo e imprensa.

2.3 Imprensa x governo: uma ameaça à liberdade no jornalismo

Para ilustrar as questões apresentadas anteriormente, como jornalismo livre e independente, e fatores que indicam o grau de dependência de um veículo de informação, Eugênio Bucci traz o caso do comportamento da imprensa americana e do governo dos Estados Unidos após o episódio do atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001.

Em 2002, o *The New York Times* publicou matéria informando que o Pentágono estava tramando "disparar saraivadas de mentiras" contra a opinião pública mundial. Segundo a matéria, cujo título era: "Pentágono planeja plantar notícias falsas na mídia internacional", que repercutiu também na imprensa brasileira, no jornal Folha de São Paulo⁴, a estratégia do órgão era combater a propaganda do Talibã e influenciar governos e populações de outros países. A ideia, no entanto, gerou polêmica entre os membros do Departamento de Estado americano e logo foi cancelada. "Mesmo assim, o projeto de usar relatos e veículos jornalísticos de forma articulada para, em dueto com o entretenimento, formatar os humores do público jamais seria abandonado." (BUCCI, 2009, p. 75).

Após esse episódio, o governo norte-americano foi fortalecendo sua influência diante dos meios de comunicação do país e da mídia mundial no geral. Relações entre membros do governo e a imprensa foram sendo feitas, o que, sem dúvidas, influencia no fazer jornalístico e coloca em questão a liberdade e a independência de um meio de comunicação.

Para comprovar tal fato, Bucci (2009) informa que o economista norte-americano Paul Krugman, em artigo no *The New York Times* intitulado "Conflitos de interesses podem ameaçar a democracia americana", publicado no dia 30 de novembro de 2002, fala sobre o caso da mídia norte-americana estar se comportando de maneira estranha no que diz respeito à política internacional e cita o fato de uma manifestação contra a Guerra do Iraque, com cerca

⁴ AITH, Marcio. EUA estudam divulgar informações falsas. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2002200201.htm>>. Acesso em: 17/06/2013

de mil pessoas, em Washington, que foi quase completamente ignorada por alguns veículos de peso no País.

Os atentados sofridos pelos Estados Unidos, em 2001, mudaram os rumos da política externa americana, que até então não possuía o foco de atacar o inimigo. Após o 11 de setembro, o governo de George W. Bush iniciou uma série de medidas "pró-guerra" que desencadearam na deflagração da Guerra do Iraque, em 2003. A justificativa do governo americano para a invasão do país foi a de que o Iraque estava desenvolvendo armas de destruição maciça e que estas armas representariam uma ameaça para a segurança mundial.

Para finalizar esse aspecto das consequências entre ligações entre a imprensa privada e membros do governo, O jornal Estado de São Paulo, no dia 6 de março de 2002, publicou artigo que fala sobre a renúncia do então conselheiro político das embaixadas americanas, John Kiesling, veterano de vinte anos do serviço diplomático dos EUA. Ele renunciou ao cargo denunciando as ações de manipulação da opinião pública e a distorção de dados de inteligência, pelos Estados Unidos, para justificar a guerra contra o Iraque. O seguinte trecho do artigo explica o que foi discutido anteriormente:

Desde a Guerra do Vietnã, não víamos tal distorção do serviço de informações, tal manipulação sistemática da opinião pública americana. [...] Nós espalhamos um terror e uma confusão terríveis na mente da população, arbitrariamente ligando ao Iraque, problemas de terrorismo com os quais o país não está relacionado. [...] Os fatos de 11 de setembro fizeram menos para danificar o tecido social americano do que parecemos determinados a fazer nós mesmos⁵.

A renúncia de John Kiesling representou um alerta para a questão de manipulação da mídia pelo governo norte-americano. Ele não compactuou com a política terrorista e, muitas vezes, fictícias, que era passada pelos veículos de comunicação para convencer as pessoas de que uma guerra contra o Iraque era necessária.

O que mais proporcionou essa manipulação da mídia, na visão do ex-conselheiro político das embaixadas americanas, foi a estreita ligação entre o então secretário de Estado, Colin Powel, e o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, demonstrando o que havia sido comentado neste capítulo, de que a aproximação entre membros do governo e a imprensa pode tirar a independência e a liberdade dos meios de comunicação de um país.

Bucci (2009) afirma que a atividade jornalística não pode se “pendurar” no poder,

⁵ Renúncia contra a manipulação. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1297>>. Acesso em: 25/05/2013

qualquer poder, que tenha acima de si; ela só poderá encontrar sustentação material no conflito que ferve abaixo de si. “A verdade jornalística, que é mais um projeto iluminista do que uma possibilidade prática, só é concebível à medida que seja gerada na diversidade de fontes, de narradores, de veículos, de públicos e, sobretudo, de instituições (públicas ou privadas) dedicadas ao negócio de informar o cidadão.” (BUCCI, 2009, p. 83).

Na visão do autor, o jornalismo dito “verdadeiro” perde cada vez mais sua independência nos tempos atuais na medida em que se depara com duas frentes: O Estado e a indústria do entretenimento. No primeiro caso, ele se refere aos episódios que retratam a influência e dominação que os governos exercem diante dos veículos de comunicação, como o caso do comportamento da mídia americana no momento pré-Guerra do Iraque. Já no segundo caso, ele refere-se ao fato de revistas informativas, jornais diários, emissoras de rádio e TV, e outros veículos de informação terem se tornado cada vez mais “departamentos” dentro da indústria do entretenimento. “A verdade jornalística. Nos tempos atuais, tem bem pouco da velha ideia de verdade e tem muito menos de jornalismo independente.” (BUCCI, 2009, p. 86).

O jornalismo enfrenta então esse desafio de informar a verdade, e uma verdade que atenda aos interesses da sociedade, da forma mais imparcial possível, tendo que obedecer a parâmetros e regras estabelecidas, quando não pelo governo, pelas empresas a quem devem obediência. Na próxima sessão, iremos discutir a relação entre a liberdade de imprensa e um estado democrático de direito.

2.4 A liberdade de imprensa e a democracia

De acordo com Bucci (2009), partindo do pressuposto de que o sistema democrático é baseado no princípio de que o poder emana do povo e em nome dele deve ser exercido, podemos inferir que a livre circulação de informações e opiniões é essencial para o funcionamento desse sistema.

A partir do momento em que o povo discute ideias e questiona problemas, aquela sociedade se torna mais inclusiva, permitindo, assim que todos tenham acesso à informação e aos acontecimentos da gestão pública. Portanto, a imprensa é de fundamental importância para a existência de um sistema democrático, na medida em que exerce o papel de fiscalizadora do Estado, denunciando os “podres” e estabelecendo o diálogo entre governo e população. No entanto, para que haja essa intermediação entre imprensa e governo é

necessário que não haja ligação próxima entre os dois.

Na medida em que ganhou a forma tal como o conhecemos, entre fins do século XVIII e meados do século XIX, o jornalismo demarcou para si um campo situado fora do Estado, tornando-se independente do governo. A partir daí exerce sua função primordial: vigiar o poder por meio da investigação e disseminação das notícias e ideias de interesse público, promovendo o diálogo entre os integrantes do espaço público. (BUCCI, 2009, p. 115).

Norberto Bobbio (2000) relaciona a concepção de liberdade na doutrina liberal⁶ com a noção de licitude, ou seja, ao que não é obrigado nem proibido, mas permitido. É, portanto, oposta à noção de impedimento, e, em relação ao Estado, caracteriza-se pela exigência de ampliação das permissões e redução das obrigações. No que diz respeito à democracia, por sua vez, a liberdade está relacionada à ideia de autonomia, em oposição à coerção. Ambas as noções articulam-se no conceito de democracia liberal:

No primeiro significado, fala-se de liberdade como de algo que está em oposição à lei, a qualquer forma de lei [...]. No segundo significado, [...] já não se faz distinção entre a ação não-regulada e a ação regulada pela lei, mas entre a ação regulada por uma lei autônoma (ou voluntariamente aceita) e ação regulada por uma lei heteronômica (ou aceita pela força). (BOBBIO, 2000, p. 280).

O fato de haver ligação entre Estado e imprensa prejudica e coloca em questão a independência e a liberdade de imprensa, como já foi dito neste capítulo. O Jornalismo, portanto, deve manter um afastamento de setores privados e do poder público, para que seja garantido o equilíbrio e o apartidarismo de sua essência. "Sobre isso, não pode haver tergiversação: o governo, quando se associa à imprensa, tende a sequestrar-lhe a alma. Portanto, o jornalista só deve se aproximar do governo para perguntar aquilo que o cidadão tem o direito de saber. De resto, o distanciamento é serventia da casa." (BUCCI, 2009, pág. 117).

Esse distanciamento vai permitir uma maior liberdade de crítica e de avaliação, o que não seria possível caso contrário. Porém, o exercício de fiscalizar o poder público deve ser feito com bastante cautela, mantendo sempre atenção diante das políticas públicas. A fiscalização dos serviços prestados pelo governo à população, por exemplo, deve ser feita voltada para os interesses populares.

O questionamento que servirá de ponto de partida será: "De que modo essa

⁶A doutrina liberal tem como filosofia a defesa da liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual. Suas origens remontam ao pensamento Aristotélico grego e ao renascimento e iluminismo. Disponível em: <<http://www.fontedosaber.com/historia/a-historia-do-liberalismo.html>>. Acesso em 04/05/2013.

abordagem pode servir para o bem-estar da população?". Bucci (2009):

Vigiar o poder implica um olhar atento, em perspectiva, sobre as políticas públicas-compreendidas no âmbito da administração do Estado como ação, coordenação, processo e programa com vistas a um resultado. Mais do que cobrir acontecimentos chamativos e vistosos, é necessário identificar a direção das decisões tomadas pelo poder público. (BUCCI, 2009, p. 130).

O caso Wikileaks, que será melhor apresentado no capítulo seguinte, chamou a atenção do mundo para a questão da liberdade de imprensa no jornalismo no universo contemporâneo, na medida em que levantou questões importantes para se discutir o tema. A divulgação de documentos secretos de grandes potências gerou o descontentamento de governos poderosos, que chegaram a encontrar meios de impedir que o site continuasse com sua missão de divulgar informações relevantes no contexto da política internacional.

O conteúdo do site, que conta com a colaboração de voluntários anônimos ao redor do mundo, foi importante para mudar o rumo das relações políticas entre alguns países envolvidos nos escândalos. É então necessário refletir sobre o papel da liberdade de imprensa e dos benefícios gerados por uma imprensa livre nos tempos atuais.

2.5 Considerações do capítulo

O direito à comunicação está previsto no artigo 220 da Constituição brasileira de 1988, onde se diz: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição". Ou seja, a liberdade de expressão, o livre ato de manifestar a sua opinião ou informação, não pode ser restrita por nenhuma instituição.

De acordo com Lima (2010), o direito à comunicação significa hoje, além do direito à informação, a garantia da circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual. Os meios de comunicação têm o direito, portanto, de informar a população, levando em conta seus interesses e seu bem-estar social, assim como a população têm direito a se manter informada. Para Bucci (2009) e Lima (2010), a liberdade de informar é um direito para os jornalistas assim como os cidadãos têm direito à educação e saúde pública de qualidade.

O Estado democrático de direito, por sua vez, se caracteriza por permitir qualquer tipo de manifestação e ação dos indivíduos com a condição de não ferir o bem-estar do Estado. Diante disso, verifica-se que não é legítimo que o Estado ou qualquer outro meio ou

empresa faça restrições no fazer jornalístico livre e independente.

Quando se usa o termo independente no jornalismo, se refere à atuação do mesmo sem regras ou censura e certos "regulamentos". Bucci (2009) afirma que a partir do momento em que o jornalismo foi se desvencilhando do poder do Estado, ele passou a exercer sua função primordial, que é a de vigiar o poder por meio da investigação e disseminação das notícias e ideias de interesse público.

Diante das ideias expostas nesse capítulo, relacionadas à verdade jornalística e independência e liberdade do fazer jornalístico, a conclusão a que se chega sobre uma possível saída para a prática do jornalismo não se tornar, de certa forma, sem credibilidade, é que existe a possibilidade de o jornalismo assumir um caráter crítico: “Há, apenas para que isso não fique sem ser dito, um caminho possível para que o jornalismo mantenha viva a sua vocação: o de converter -se em discurso crítico do espetáculo. Todos sabem que ao jornalismo cabe apresentar a versão crítica da realidade.” (BUCCI, 2009, p. 86).

Dessa forma, pode-se concluir que são alguns os fatores que podem contribuir para que um meio informativo não cumpra totalmente seu dever com a verdade, como aspectos ligados a patrocínio, ligação com o governo, aspectos sociopolíticos, linha editorial, anúncios, entre outros que vão de alguma forma influenciar a forma verdadeira de se passar a informação. Esses fatores estão presentes no nosso dia a dia e muitas vezes é impossível fugir deles quando se faz parte de empresas públicas ou privadas. A questão a ser discutida, no entanto, é o papel crítico que o jornalismo vai assumir, portando-se como júri da verdade e não apenas como um apresentador dela.

3 CAPÍTULO 2: O WIKILEAKS

O Wikileaks é uma organização internacional sem fins lucrativos que age diretamente na divulgação de informações e documentos secretos relacionados à política internacional. A organização foi fundada pelo *hacker* e jornalista australiano Julian Assange, em 2006, ~~mas~~ e ficou internacionalmente conhecida em 2010, quando o primeiro vazamento de informações obteve uma ~~de~~ real importância para o mundo, ganhando grande repercussão na mídia: o vídeo de um helicóptero norte-americano Apache, também conhecido como vídeo *Collateral Murder*, que mostra imagens de um ataque de soldados americanos a um grupo de civis do Iraque, no subúrbio de Bagdá, em julho de 2007. Entre as vítimas estavam dois repórteres da Agência Reuters. Ao todo, doze pessoas morreram.

Neste capítulo, iremos mostrar o funcionamento da organização, em termos de quem está por trás dela, como ela garante o anonimato de suas fontes, como o Wikileaks mantinha seu sustento, e como funcionava, de um modo geral, a organização. Além disso, será comentado no capítulo o movimento Cypherpunks, criado por hackers norte-americanos e que deu origem ao Wikileaks.

Outra questão interessante diz respeito à seleção e ao anonimato das fontes jornalísticas. Ainda mostraremos, neste capítulo, também como isso é feito no Wikileaks, já que é de vital importância para o sucesso da organização.

A maior parte da informação mostrada ~~neste capítulo~~ aqui foi obtida do site da organização (<http://www.Wikileaks.org>). Como o site está em inglês, fizemos nossa própria tradução de alguns trechos importantes para o entendimento do modo de operação do Wikileaks.

3.1 A organização Wikileaks

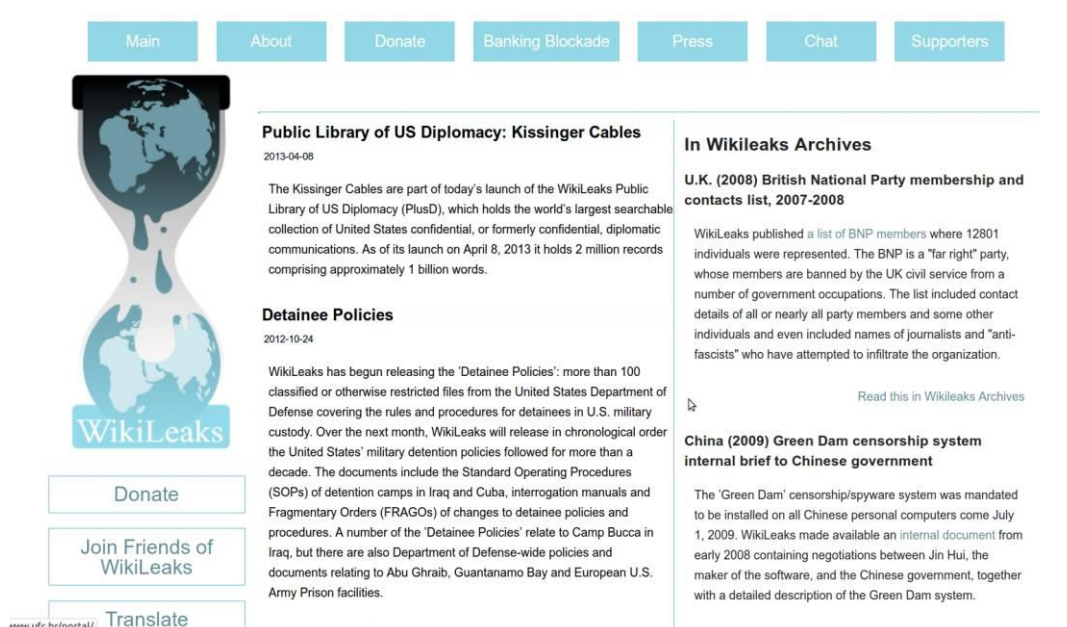
Em seu site, www.wikileaks.org (cf. Figura 1), o Wikileaks se define como uma organização midiática sem fins lucrativos cujo objetivo é trazer informações importantes para o público:

Nós fornecemos de maneira inovadora e segura o anonimato das fontes de vazamento de informações para nossos jornalistas. Uma de nossas atividades mais importantes é publicar material original junto com notícias para que tanto

historiadores quanto leitores possam ver a evidência da verdade⁷. (tradução nossa)

O Wikileaks, segundo seu próprio site, é uma organização jovem que tem crescido rapidamente e que conta com uma rede de voluntários dedicados ao redor do mundo, tendo sido criada em 2007 (um pouco acima você disse que foi criada pelo hacker, fundador, em 2006). Desde então, quando a organização foi lançada oficialmente, o Wikileaks tem trabalhado para relatar e publicar informações importantes. Além disso, a organização desenvolve e adapta tecnologias para apoiarem essas atividades.

Figura 1 – Site do Wikileaks



Fonte: <http://www.wikileaks.org>, acesso em 17/maio/2013.

O site diz ainda que

O Wikileaks tem lutado e vencido contra os ataques legais e políticos destinados a silenciar nossa organização editorial, nossos jornalistas e nossas fontes. Nos baseamos em princípios amplos como a defesa da liberdade de expressão e a publicação na mídia⁸. (tradução nossa).

⁷ Do original: "We provide an innovative, secure and anonymous way for sources to leak information to our journalists (our electronic drop box). One of our most important activities is to publish original source material alongside our news stories so readers and historians alike can see evidence of the truth".

⁸ Do original: "Wikileaks has sustained and triumphed against legal and political attacks designed to silence our publishing organisation, our journalists and our anonymous sources. The broader principles on which our work is based are the defence of freedom of speech and media publishing".

O Wikileaks publicou em seu site postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, com assuntos delicados. O principal editor e porta-voz é o australiano Julian Paul Assange, jornalista e ex-hacker. O caso ganhou grande repercussão na imprensa internacional (CUNDARI, BRAGANÇA, 2010).

Em artigo no Observatório de Imprensa, o jornalista Sergio Augusto relata que os serviços do Wikileaks foram inaugurados em dezembro de 2006, tornando pública uma decisão secreta do xeque Hassan Dahir Aweys, líder rebelde da Somália, ordenando a execução de autoridades do governo por um bando de sicários. Ele compara a ação do Wikileaks ao de uma agência de notícias investigativa:

Com a ajuda de centenas de voluntários, ativistas, nerds, criptógrafos, recolhe documentos secretos como se fossem donativos e os repassa sem ônus à mídia. O procedimento é igual ao de um jornal investigativo, ou melhor, ao de uma agência de notícias investigativa. Se por algum motivo Assange ficar para sempre impedido de exercer suas funções, o Wikileaks seguirá em frente, com o mesmo empenho e na mesma cadência. E se um poder superior conseguir desativar o site, outros surgirão. É um processo irreversível⁹.

Segundo a organização, os princípios utilizados pelos integrantes do Wikileaks baseiam-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em particular o artigo 19, que afirma que toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e de procurar, receber e transmitir informações e ideias independentemente de fronteiras:

Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão¹⁰.

No site, os integrantes da Organização dizem concordar e respeitar este e outros artigos da Declaração.

Uma dúvida que surge é sobre o significado do prefixo “wiki” e sobre a relação desse prefixo com a conduta do grupo Wikileaks. Como isso acontece será discutido na próxima seção.

⁹ AUGUSTO, Sérgio. Mr. Wikileaks. Observatório de Imprensa, ed. 622, 28 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/mr-Wikileaks>>. Acesso em 14/06/13

¹⁰ Disponível em: <<http://www.wikileaks.org>>. Acesso em 13/abril/2013.

3.1.1 O prefixo “wiki”

De início, a ideia do Wikileaks ao aderir ao prefixo "wiki" era a mesma da Wikipédia: um site capaz de ser editado pelos usuários, porém, Assange e os colegas perceberam que o conteúdo e a necessidade de remover informação perigosa ou incriminatória tornavam esse modelo impraticável. "Assange estava errado ao acreditar que milhares de 'jornalistas cidadãos' online estariam dispostos a examinar os documentos publicados e descobrir se eram ou não genuínos" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 62).

Apesar de não permitir o acesso livre de edição por parte dos leitores, o Wikileaks possui uma estrutura que permite o envio anônimo de informações: o site alega que não pode ser censurado nem rastreado. Os documentos podem ser vazados em grande escala de um modo que "combina a proteção e o anonimato de tecnologias de criptografia de ponta" Os sistemas usados pelos “wikileaksers” eram: OpenSSL (sistema de conexão segura de código aberto, como os usados pelos varejistas online, como a Amazon), FreeNet (método Peer-to-Peer¹¹ de armazenamento de arquivos entre centenas ou milhares de computadores, sem revelar a origem ou os proprietários) e PGP (programa de criptografia de código aberto cuja sigla em português quer dizer 'privacidade muito boa').

3.1.2 O sustento da Organização

A organização não possuía fins lucrativos, bem como foi explicado pelos próprios fundadores no site oficial do Wikileaks. Logo, o sustento do grupo ficava restrito a doações de colaboradores, que tinham interesse em ajudar a Organização por acreditar nos seus ideais.

Já em 2008 havia três contas de PayPal diferentes nas quais os doadores podiam nos transferir dinheiro. Os valores mais significativos entraram após o vazamento de Julius Bär, em 1º de março de 2008 (€1.900), em 3 de março já havia €3.700 e, até 11 de março, €5 mil acumulados. (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 69).

Os colaboradores depositavam a quantia de dinheiro que desejavam doar através de uma conta do Wikileaks no PayPal, sistema que permite a transferência de dinheiro entre pessoas, evitando o uso de cheques e boletos bancários. Com o dinheiro das doações, Assange e Daniel procuravam investir em equipamentos e softwares para melhorar as pesquisas do grupo. Contudo, o dinheiro das doações não era suficiente e frequentemente Daniel e Assange

¹¹ O "Peer to Peer" é um método que permite o compartilhamento de serviços e dados entre dois computadores sem a necessidade de um servidor central. As redes "Peer to Peer" podem ser configuradas em casa, em empresas e na internet e podem ser usadas para compartilhar músicas, vídeos, imagens, dados ou qualquer coisa no formato digital. Ran.

procuravam novas formas de conseguir dinheiro para o Wikileaks. Uma saída foi pensar em leiloar, na internet, o acesso ao material vazado pela Organização, ideia que não foi bem sucedida devido ao ataque da mídia e acusações de que eles estariam vendendo as informações das fontes.

Uma das ideias foi fazer com que nos pagássemos diretamente pelos documentos, leiloando o acesso exclusivo ao material. Um e-bay para Wikileaks, por assim dizer. Em setembro de 2008, colocamos um teste no ar. Anunciamos em nosso site e em notas à imprensa que venderíamos por leilão os e-mails de Freddy Balzan pelo lance mais alto. Balzan era o autor dos discursos do presidente venezuelano, Hugo Chavez. (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 74).

Foi então que os dois principais membros do Wikileaks decidiram pedir ajuda de custo a uma fundação que custeava projetos jornalísticos, a Knight Foundation. No início, fizeram o pedido de R\$ 2 milhões, que não foi aceito. O processo seletivo para se conseguir a ajuda de custo era bastante rigoroso e contava com diversas etapas. Depois, foi solicitado o valor de R\$ 500 mil, que por pouco também não foi aceito, por falta de estrutura da Organização, que, por exemplo, não possuía um Conselho jornalístico formado.

Sonhei, nos dias seguintes, com os US\$500 mil para o WL e com tudo que poderíamos fazer com ele. Antes de adormecer, pensei como poderíamos instalar uma tecnologia de segurança sofisticada, tudo apenas do mais fino, meio rack em um data center adequadamente refrigerado, com sistema de alimentação e rede redundante, bem como um servidor de terminal para acesso aos outros servidores se houvesse um problema. E seriam servidores de última geração, não da antepenúltima. (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p.76).

A ideia era ganhar dinheiro com o Wikileaks para que se pudesse viver daquilo. A única pessoa do Wikileaks que recebia salário fixo era o técnico. Todos os outros integrantes eram voluntários.

3.1.3 As pessoas por trás do Wikileaks

O Wikileaks é um projeto do *The Sunshine Press*, dessa forma, é provado que o Wikileaks não é fechado para qualquer agência de inteligência ou para o governo, apesar de existirem rumores nesse sentido. Os próprios integrantes do Wikileaks o definem como um grupo global e independente de pessoas com uma longa dedicação à ideia de uma imprensa livre e de uma sociedade transparente. O grupo inclui não só jornalistas credenciados, como programadores de software, engenheiros de rede, matemáticos e outros.

Para mostrar que isso é verdade, basta olhar os fatos. As agências de inteligência tratam as informações como tesouro. O Wikileaks tem mostrado que faz exatamente

o contrário: nosso histórico mostra que não medimos esforços para trazer a verdade à tona sem medos ou favorecimentos¹². (tradução nossa).

A organização, fundada em 2007, foi reconhecida mundialmente em 2010, quando publicou milhares de documentos secretos norte-americanos supostamente vazados pelo soldado Bradley Manning, conhecido como o famoso caso do helicóptero Apache, que será abordado com mais detalhes mais adiante neste capítulo. O primeiro vazamento, em abril, consistia em um vídeo de dezessete minutos no qual um helicóptero apache norte-americano atacava doze civis desarmados, entre eles estavam dois jornalistas da agência de notícias Reuters.

Segundo o jornalista Rogério Christofolletti, em seu artigo *Jornalismo pós-Wikileaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação*:

Em junho, documentos confidenciais sobre as ações no Afeganistão e no Iraque; e em novembro, o site publicou, conjuntamente com veículos tradicionais de França, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos o conteúdo de 251.287 telegramas de embaixadas americanas pelo mundo, em uma operação que ficou conhecida como Cablegate. (CHRISTOFOLETTI, 2011).

A ideia do Wikileaks era manter um canal que apresentasse total segurança para o envio de documentos, através de criptografia. O termo criptografia vem da junção das palavras gregas "Kryptós", que quer dizer "oculto", e Gráphein", que significa "escrever", ou seja, a palavra remete à "escrita oculta". A criptografia trata-se de um conjunto de regras que visa codificar a informação de forma que só o receptor consiga decifrá-la. A criptografia é um ramo da matemática e é basicamente formada pelo estudo dos algoritmos criptográficos que podem ser implementados em computadores¹³.

Com um método criptográfico poderoso, seria impossível que as informações trocadas pelo grupo fossem notadas pelos satélites do Estado norte-americano. A inovação do método do fundador do Wikileaks, Julian Assange consistia em manter o anonimato das fontes, os chamados *whistleblowers*, fontes internas de organizações que poderiam fazer denúncias e enviar documentos sem medo de serem descobertas (ASSANGE *et al*, 2012).

O próprio Julian Assange afirma desconhecer a identidade das fontes que forneceram informações sigilosas e materiais ao Wikileaks.

¹²Do original: "To determine the truth of our statements on this, simply look at the evidence. By definition, intelligence agencies want to hoard information. By contrast, Wikileaks has shown that it wants to do just the opposite. Our track record shows we go to great lengths to bring the truth to the world without fear or favour".

¹³Disponível em: <http://www.oficinadanet.com.br/artigo/443/o_que_e_criptografia>. Acesso em 15/maio/2013.

A transferência de documentos também era segura. Providenciávamos para que os documentos polêmicos chegassem a nós por tantos desvios, criptografias, processos de anonimato e com tantos ruídos quanto possível na comunicação, para que seu caminho não fosse rastreado por ninguém. Entrávamos em contato com nossas fontes o mínimo de vezes possível, e uma chamada de retorno só acontecia em caso de emergência. O remetente não deixava rastros na internet, nem a menor impressão digital, sequer uma faísca de dados (DOMSCHEIT-BERG, 2011,36).

A tecnologia e o formato da web permitiram inovações ao Wikileaks, que antes não eram possíveis, como o famoso caso Watergate, definido pelo jornalista Cleofe Monteiro de Sequeira; como um episódio de escuta ilegal na sede do partido democrata dos Estados Unidos, no Edifício Watergate, em Washington, por pessoas ligadas ao governo republicano de Richard Nixon. O caso abalou a história americana e provocou a renúncia de Nixon, na década de 1970.

Depois de deixar Nairóbi, as ambições de Assange cresceram na escala e no potencial do Wikileaks. Na companhia de outros *hackers*, ele desenvolveu uma filosofia de transparência. Ele e alguns colegas especialistas em tecnologia já haviam obtido êxito em um dos objetivos: tornar o Wikileaks virtualmente indestrutível e, portanto, a salvo de ataques legais ou cibernéticos de qualquer jurisdição ou fonte. (LEIGH, p. 17)

O Wikileaks, a princípio, era considerado como o símbolo da libertação da verdade por meio da internet, contudo essa ideia foi enfraquecendo à medida que notícias circularam a respeito do tratamento cruel destinado ao soldado Bradley Manning, informante que divulgou o vídeo do helicóptero Apache e que ficou 880 dias preso sem julgamento, boa parte desse tempo em condições sub-humanas, segundo o relator da ONU para tortura, Juan E. Méndez. Porém, é importante lembrar que o soldado americano em questão não foi descoberto devido à falha no sistema de segurança criptográfica desenvolvido por Assange, e sim por ter supostamente confessado ser a fonte dos documentos em um *chat*.

O jornalista Rogério Christofolletti (2011) considera que o Wikileaks é um exemplo do cruzamento entre a deontologia jornalística e a ética hacker e que coloca em debate o papel da imprensa na fiscalização do poder e a necessidade de reafirmação de sua liberdade na “sua dimensão mais profunda: enquanto princípio e direito humano e fundamental e de todos” (CHRISTOFOLLETTI, 2011, p. 95).

David Leigh e Luke Harding, editores do The Guardian, definem a trajetória de Assange como “a transformação do hacker anônimo (Julian Assange) numa das pessoas mais polêmicas do mundo” (LEIGH; HARDING, 2011). Ainda de acordo com os dois jornalistas do jornal inglês, o Wikileaks, em um curto espaço de tempo, passou da condição de um

website radical e obscuro para se tornar uma plataforma de notícias online conhecida mundialmente. "A preocupação com a segurança era crucial: acreditava-se que o Wikileaks era um alvo permanente da vigilância norte-americana e de ciberataques¹⁴ potencialmente prejudiciais." (LEIGH; HARDING, 2011).

Assange funcionava no grupo como uma espécie de coordenador. Sua tarefa era monitorar a vasta pegada do Wikileaks no ciberespaço e entrar em contato com os colaboradores da organização em outras jurisdições e fusos horários. De acordo com David Leigh, Assange normalmente passava de dezesseis a dezoito horas por dia diante do laptop, e, algumas vezes ficava acordado por 48 horas antes de dormir no chão. Ainda segundo Leigh, o ciclo de Assange era noturno, e ele costumava estar no auge entre três e quatro horas da manhã.

Uma das principais características do Wikileaks e motivo pelo qual o site se tornou tão conhecido no mundo é o fato de não se conhecer as fontes dos vazamentos das informações secretas de Estado. O site dispõe de uma plataforma e de softwares próprios para manter o anonimato de suas fontes, garantindo a confidencialidade das informações, o que atraiu um maior número de pessoas a colaborar voluntária e anonimamente com a divulgação de documentos. Como o Wikileaks agiu para garantir o prestígio nos grandes meio de comunicação é o que será abordado na próxima seção.

3.1.4 A busca por prestígio

O Wikileaks define-se como organização sem fins lucrativos, porém não se restringe a isso. Além disso, os hackers da organização são defensores dos Direitos Humanos, anticapitalistas e revolucionários políticos. Daí sua participação em importantes episódios de divulgação de informações que denunciavam práticas abusivas do governo contra os menos favorecidos ou em defesa da proteção ambiental

Um importante exemplo é o caso do Quênia, ocorrido em 2010. O Wikileaks divulgou um imenso relatório sobre a suposta corrupção do ex-presidente Daniel Arap Moi, que havia sido encomendado pelo seu sucessor, o presidente Mwai Kibaki, porém este não pôde divulgar o relatório por questões políticas. O relatório foi entregue por Assange a um grupo anticorrupção do Quênia, que divulgou as informações através do site do Wikileaks,

¹⁴Do dicionário: "Tentativa de intrusão perpetrada através da Internet ou de outra rede de computadores". Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=ciberataque>>. Acesso em 15/maio/2013.

alternativa mais adequada em prol da segurança do grupo.

Em 31 de agosto, a história foi divulgada na primeira página do *The Guardian*, em Londres. A repercussão do episódio foi bastante satisfatória: percebeu-se uma variação de 10% na votação, nas eleições daquele ano no Quênia e Julian Assange foi convidado a receber um prêmio em Londres da organização de direitos humanos da Anistia Internacional. Porém, a história do Quênia só ganhou destaque na mídia após ser investigada pelo jornal *Sunday Times*, de Londres.

Nesse momento, Assange e seu grupo começavam a receber um fluxo constante de documentos genuinamente vazados, inclusive de algumas fontes militares do Reino Unido. Assange tentava distribuí-los. Ele escreveu diversas vezes ao *The Guardian*, apresentando-se como editor ou editor investigativo do Wikileaks, mas não obtinha respostas (LEIGH; HARDING, 2011 p. 69).

Assange começou a perceber que não estava funcionando seu modelo de disponibilizar uma grande quantidade de informações valiosas de forma gratuita sem que houvesse uma editoração de qualidade e sem que ele recebesse atenção política mundial.

Havia apenas um modo – relativamente limitado – de o modelo de Assange começar a atrair o interesse dos grandes veículos de comunicação: agir não da maneira concebida originalmente, como depósito anônimo de documentos, mas como o que ele chamou de "editor de última instância" (LEIGH; HARDING, 2011 p. 70).

O *The Guardian* começou a perceber o real valor do Wikileaks após o episódio de confronto entre a organização e um banco suíço, no qual Assange conseguiu driblar os advogados e divulgar as informações de desvios bancários ilegais adotando diversos sites hospedados em outros países para servirem de apoio, impedindo que os banqueiros conseguissem barrar a disseminação dos dados.

Outro episódio importante foi a atuação do Wikileaks em conjunto com o Greenpeace e a TV estatal norueguesa para divulgar um relatório sobre o lixo tóxico descartado pela empresa de petróleo Trafigura. Os advogados da empresa tentaram barrar Assange e o Greenpeace, porém isso foi impossível diante de uma plataforma de web em um mundo globalizado, ou seja, era impossível conter as informações diante das rápidas ligações entre sites e organizações do mundo que podiam compartilhar esse relatório.

Durante muito tempo, o principal objetivo de Assange e seus companheiros do Wikileaks era que a organização ganhasse prestígio junto aos grandes veículos de comunicação de massa, para que as informações fossem divulgadas pelos grandes jornais. No

fim de 2009, Assange ainda lutava por uma reputação.

Uma estratégia utilizada por Assange e um repórter investigativo do The Guardian, Nick Davies, foi unir o projeto do Wikileaks a grandes veículos de comunicação da mídia, como grandes jornais, ONGS e políticos importantes, para dar maior visibilidade e credibilidade aos documentos apresentados pelo Wikileaks.

Davies também sabia que Assange estava desapontado com a recepção ao vídeo Apache, divulgado de maneira solitária em Washington. A história deveria ter iniciado um escândalo mundial; em vez disso, a narrativa fora deslocada e a atenção não se concentrara no assassinato de iraquianos inocentes, mas no próprio Wikileaks (LEIGH; HARDING, 2011, p. 104).

Surgiu então a ideia de apresentar a proposta a jornais como The New York Times, Le Mond, Washignton Post, e outros. Um dos objetivos da nova estratégia era evitar ~~em~~ que os Estados Unidos impedissem a publicação do The Guardian em Londres através de uma liminar. A ideia era lançar o material em vários veículos, dificultando a ação dos EUA de barrar as denúncias.

Davies sentia que era necessária uma aliança multijurisdicional entre veículos de comunicação tradicionais e o Wikileaks, incluindo, talvez, organizações não governamentais e outras instituições. Se o material fosse publicado simultaneamente em diversos países, será que isso evitaria a ameaça de liminar no Reino Unido? Davies abriu o notebook e escreveu: 'New York Times/Washington Post, Le Monde', acrescentando: políticos? ONGs? Outros interessados? (LEIGH; HARDING, 2011, p. 105).

O correspondente europeu do The Guardian, Ian Traynor marcou um encontro com Assange e fecharam a aliança entre o Wikileaks e o The Guardian, que desencadearia no que Leigh chamou de "o maior vazamento de dados na história". "Seguiu-se uma conversa de seis horas que resultaria numa extraordinária – embora algumas vezes tensa – parceria entre um grande jornal e o Wikileaks – um novo modelo de cooperação para a publicação do maior vazamento do mundo" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 105).

O interesse em fazer acordo com o New York Times surgiu com o histórico do jornal em confrontar o estado americano, prova disso foi a batalha pela divulgação dos Papéis do Pentágono, documento ultra-secreto, entregue clandestinamente em 1971 por um funcionário do Pentágono, de cerca de 14 mil páginas sobre a história do planejamento interno e da política nacional norte-americana sobre a Guerra do Vietnã.

Davies e Assange conversaram sobre a possibilidade de incluir o *The New York Times* como parceiro. Segundo Davies, em hipótese alguma a administração de Obama atacaria o jornal democrata mais poderoso dos Estados Unidos. As histórias do Wikileaks no jornal estariam protegidas pelas disposições sobre a liberdade de imprensa da primeira emenda da Constituição americana. (LEIGH; HARDING, 2011, p. 107).

Foi então que se formou um acordo de divulgação entre três grandes veículos de comunicação do mundo: Le Mond, The Guardian e The New York Times com o Wikileaks, permitindo maior visibilidade, maior credibilidade e maior proteção contra censura dos governos.

3.2 As histórias contadas pelo Wikileaks

A seguir será mostrada a maneira como foi relatada e os desdobramentos da divulgação de uma das histórias mais importantes vazada pelo Wikileaks, o caso do vídeo Collateral Murder. A sessão mostra as etapas da divulgação dessa história com o objetivo de esclarecer o modo de atuação do Wikileaks no processo de vazamento de informações confidenciais.

3.2.1 O caso do vídeo Collateral Murder

Um dos casos do Wikileaks mais conhecidos e explorados pela mídia foi a divulgação de um vídeo que mostrava um ataque aéreo de um helicóptero equipado com metralhadoras a civis desarmados no Iraque e relatos de mortes de civis e acidentes causados por "fogo amigo" no Afeganistão.

As imagens do vídeo *Collateral Murder* foram filmadas por uma câmera militar de um canhão, dentro do helicóptero norte-americano AH-64. Elas mostram um ataque no qual soldados americanos atiram em civis iraquianos. Entre eles estavam dois repórteres da agência de notícias *Reuters*. O vídeo foi ao ar no dia 5 de abril de 2007, e, apenas no Canal Youtube, na internet, obteve mais de 10 milhões de visualizações. As imagens também mostram soldados atirando em civis que saíam de um miniônibus que passava pelo local para ajudar os jornalistas e outras vítimas. Os comentários feitos pelos soldados do helicóptero no momento do ataque foram duramente criticados em todo o mundo. Ao ouvir pelo rádio que crianças haviam sido feridas, um dos pilotos diz em sua defesa: "Bem, a culpa é deles por trazerem os filhos para uma batalha". O editor do The Guardian traz uma descrição das imagens do vídeo.

A famosa sequência, mais tarde exibida repetidas vezes no Youtube, da China ao

Brasil, era uma tomada feita de cima, mostrando nuvens de poeira que se erguiam em meio a um grupo disperso de homens, atingidos e mortos pela artilharia de um helicóptero de combate. Um dos homens, ferido, tenta rastejar para longe da carnificina, indo para o lado direito da tela. Em seguida, um motorista pode ser visto tentando arrastar o homem para dentro de uma van, atingida por mais tiros de canhão. (LEIGH; HARDING, 2011, p. 75).

Domscheit-Berg comenta sobre o nome do vídeo e sobre o processo de produção do material

Do ponto de vista literário, o título “Collateral Murder” pode ter sido uma ótima criação. No entanto, depois tivemos de ouvir muitas críticas, pois teríamos abandonado nossa posição neutra. Como fizemos um vídeo próprio a partir do material bruto e acrescentamos legendas para os comentários e para as radiocomunicações, teríamos nos tornado manipuladores da opinião pública. (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p.151).

De acordo com o site do Wikielaks :

Em 6 de julho de 2010, foi preso Bradley Manning, analista de inteligência de 22 anos que trabalhava com o Exército do Estados Unidos em Bagdá. Ele foi acusado de divulgar o vídeo Apache após supostamente ter falado com um jornalista infiltrado (Adrian Lamo). Atualmente, Bradley está preso no Kuwait. A tripulação do helicóptero Apache e aqueles que estão por trás dos acontecimentos do vídeo ainda não foram responsabilizados¹⁵. (tradução nossa)

Os militares americanos não revelaram como os jornalistas da Reuters foram mortos, e afirmaram que não sabiam como as crianças haviam sido feridas. Após solicitação da Reuters, o caso foi investigado e o Exército dos EUA afirmou que os soldados agiram de acordo com a lei dos conflitos armados e seguiram as leis, chamadas "Rules of Engagemen¹⁶”.

Ainda segundo o mesmo site, o vídeo foi obtido do mesmo modo que os documentos vazados. Os integrantes da organização afirmam que vão até o máximo possível para verificar a autenticidade das informações que recebem. "Analisamos as informações sobre o vídeo do helicóptero Apache a partir de uma variedade de materiais como fonte, inclusive falamos com testemunhas e jornalistas que estavam envolvidos diretamente no incidente”¹⁷.

¹⁵(On July 6, 2010, Private Bradley Manning, a 22 year old intelligence analyst with the United States Army in Baghdad, was charged with disclosing this video (after allegedly speaking to an unfaithful journalist). The whistleblower behind the Pentagon Papers, Daniel Ellsberg, has called Mr. Manning a 'hero'. He is currently imprisoned in Kuwait. The Apache crew and those behind the cover up depicted in the video have yet to be charged). Disponível em: <<http://www.collateralmurder.com/>>. Acesso em 21/06/2013

¹⁶The military did not reveal how the Reuters staff were killed, and stated that they did not know how the children were injured. After demands by Reuters, the incident was investigated and the U.S. military concluded that the actions of the soldiers were in accordance with the law of armed conflict and its own "Rules of Engagement". Disponível em: <<http://www.collateralmurder.com/>>. Acesso em 21/06/2013

¹⁷We have analyzed the information about this incident from a variety of source material. We have spoken to

Daniel Domscheit-Berg chama o vídeo de "reviravolta definitiva" e afirma que foi depois dele que todos passaram a conhecer o Wikileaks. Segundo David Leigh, o vídeo era "o registro confidencial de um escândalo". Julian Assange não disse de onde viera o vídeo bruto, apenas que obtivera material de "fontes militares". O vídeo foi repassado a Assange pelo soldado norte-americano Bradley Manning, hacker americano especialista em analisar sistemas. Ele é definido no livro como "a antítese de um soldado americano endurecido pela batalha e amado por Hollywood" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 33).

Bradley tinha uma posição crítica em relação à base americana no Campo Hammer, no Iraque. Passou a criar uma espécie de indignação em relação à falta de estrutura da base: "Servidores ruins, registros ruins, segurança física ruim, contrainteligência ruim, análise de sinal negligente... uma perfeita tempestade" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 33).

Certo dia, Bradley viu em dois computadores militares a fonte de divulgação de informações privilegiadas da base militar americana. "Ele passava horas examinando documentos e vídeos altamente confidenciais, usando fones de ouvido e fingindo cantar Lady Gaga. Quanto mais lia, mais alarmado e perturbado ficava, chocado com o que considerava duplicidade e corrupção oficiais do próprio país." (LEIGH; HARDING, 2011, p. 33).

Bradley Manning havia nascido em uma cidade pequena em Oklahoma e passou a ser um fascinado por novas tecnologias. Com 20 anos, Bradley se alistou nas Forças Americanas e realizou treinamento especializado para trabalhar na inteligência militar no Forte Huachuca, no Arizona. Seu ingresso no universo hacker se deu através de seu primeiro namorado, que estudava neurociência e psicologia na Universidade Brandeis, nos arredores de Boston. Manning, ao passar a frequentar os arredores de Boston, acabou conhecendo os amigos do namorado, da Universidade de Boston e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

Bradley passou a frequentar o "espaço hacker", grupo no qual os participantes se reuniam para trabalhar em um grande número de projetos. "É um misto de oficina de informática, laboratório eletrônico e local do tipo 'faça você mesmo'. O que une essas atividades variadas é a cultura hacker, que todos apoiam" (LEIGH; HARDING, 2011, p.40).

Leigh fala sobre a definição de hacker feita pelo criador do espaço hacker, o aluno da Universidade de Boston, David House: "Trata-se de compreender o ambiente em que

agimos, separá-lo e, em seguida, recriá-lo. Para isso, é decisiva a ideia de que a informação deve ser livre, combinada com uma profunda desconfiança em relação à autoridade." (LEIGH; HARDING, 2011, p. 40). Segundo o autor, Manning acreditava no princípio da ética hacker, no qual a informação livre era de grande valor para a sociedade democrática.

Essa foi uma crença que entrou em jogo com muita força quando Manning estava decidindo o que fazer com a imensa coleção de segredos de Estado a que teve acesso no Iraque. (...) Lentamente Manning avançava rumo à posição que muitos denunciariam como traidora e abominável, enquanto outros louvavam como corajosa e heroica. Ele começou a pensar em explorar as bases de dados secretas às quais tinha acesso e lançá-las de modo espetacular ao domínio público. (LEIGH; HARDING, 2011, p. 42).

Manning fez então contato com Assange e aí se deu a ligação entre a fonte principal e o site Wikileaks. Acerca da obtenção do vídeo e de como a organização verificou sua autenticidade, o Wikileaks descreve em seu site:

O Wikileaks quer garantir que toda informação que vazou recebeu a atenção necessária. Neste caso particular, alguns dos mortos eram jornalistas que estavam apenas fazendo o seu trabalho: colocando sua vida em risco para informar sobre a guerra. O Iraque é um lugar muito perigoso para os jornalistas: de 2003 a 2009, 139 jornalistas foram mortos enquanto faziam seu trabalho¹⁸. (tradução nossa)

De acordo com matéria publicada no portal de notícias Estadão, intitulada *Bradley Manning começa a ser julgado nos EUA*, após passar três anos preso no Iraque, Bradley Manning começou a ser julgado pelo vazamento do vídeo *Collateral Murder* no dia 6 de junho deste ano (2013) acusado pelo governo americano de ajudar o inimigo. Ele escolheu ser julgado por um juiz no lugar de um júri. A matéria diz ainda que Bradley admitiu ter enviado materiais para o Wikileaks e se declarou culpado das acusações que podem o levar à prisão de até 20 anos.

De acordo com o artigo *Julgamento de Bradley Manning reforça críticas ao governo Obama*, publicado no site Observatório da Imprensa:

O julgamento de Manning deve durar três meses, e provavelmente deixará o governo ainda mais exposto a críticas. Ainda que o soldado esteja longe de ser considerado um herói nos EUA, seu tratamento pelas autoridades militares passou a simbolizar os piores excessos da “guerra ao terror” estabelecida após os atentados de

¹⁸Do original: Wikileaks wants to ensure that all the leaked information it receives gets the attention it deserves. In this particular case, some of the people killed were journalists that were simply doing their jobs: putting their lives at risk in order to report on war. Iraq is a very dangerous place for journalists: from 2003- 2009, 139 journalists were killed while doing their work. Disponível em: <<http://www.collateralmurder.com/>>. Acesso em: 21/06/2013.

11 de setembro de 2001¹⁹.

Dessa forma, é possível notar a repercussão mundial que ganhou o caso da divulgação do vídeo Apache, levando muitas pessoas a considerá-lo um herói enquanto outros o consideram um traidor. No entanto, seja qual for o resultado do julgamento, ele vai representar um marco na história da liberdade de imprensa internacional.

3.2.2 Como o Wikileaks verifica suas histórias

No site do Wikileaks, procura-se explicar como é feita a verificação de suas histórias: “Nós avaliamos e testamos sua veracidade. Enviamos um documento apresentado por meio de um exame muito detalhado”²⁰ (tradução nossa).

Segundo é definido no site da organização, são usadas técnicas de jornalismo investigativo tradicional. Jornalismo investigativo é uma área específica da profissão, porém também é considerada uma “técnica que se pode aplicar em qualquer matéria, seja ela de esporte, de política ou de economia”, de acordo com o jornalista Antonio Fon (*apud* SEQUEIRA, 2005, p.74). Por ~~a jornalista~~ sua vez, a jornalista Cleofe Sequeira afirma: “O jornalismo investigativo se diferencia do convencional na medida que ele não se limita a informar o factual, mas sim esmiuçar os acontecimentos e denunciar situações que prejudicam a sociedade, em busca da ‘verdade jornalística’” (SEQUEIRA, 2005, p. 74). Leandro Fortes comenta que as principais técnicas que devem ser utilizadas pelo jornalista investigativo são: realização de uma pesquisa minuciosa sobre os fatos envolvidos e fazê-la com olhos críticos: “Então, o olho do repórter investigativo tem que suplantar a pura curiosidade, assumir um quê de detetive mesmo.” (FORTES, 2005, p. 37).

Além disso, o autor chama atenção para a importância de uma investigação de qualidade e demorada, dotada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos, e de uma atenção especial voltada para todos os tipos de documentações disponíveis. Técnicas como estas foram bastante utilizadas pelos especialistas encarregados de decifrar as informações contidas nos documentos vazados pelo Wikileaks.

A partir do que foi exposto, podemos concluir que o jornalismo investigativo, no

¹⁹ Julgamento de Bradley Manning reforça críticas ao governo Obama. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed750_julgamento_de_bradley_manning_reforca_criticas_ao_governo_obama>. Acesso em 25/06/2013.

²⁰ Do original: “We assess all news stories and test their veracity. We send a submitted document through a very detailed examination a procedure”.

que diz respeito ao modo de fazer jornalismo trabalhando a verdade para que ela seja mostrada à sociedade de uma maneira útil, foi a ferramenta básica utilizada pelos integrantes do Wikileaks durante o vazamento das informações confidenciais. A organização recebia os documentos e trabalhava em cima deles para obter resultados que pudessem chegar a conclusões significativas para a política internacional.

O Wikileaks se utiliza das técnicas tradicionais de jornalismo investigativo, assim como métodos tecnológicos mais modernos. "Nosso procedimento de verificação não significa que nunca vamos cometer um erro, mas até agora o nosso método fez com que o Wikileaks identificasse corretamente a veracidade de todos os documentos que publicou"²¹.

De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells, em *A Ciberguerra do Wikileaks*:

O vazamento de confidências é a fonte do jornalismo de investigação com que sonha qualquer meio de comunicação em busca de furos. Desde Bob Woodward e sua "Garganta Profunda" no Washington Post até as campanhas de Pedro J. [Ramírez, fundador do diário El Mundo] na política espanhola, a difusão da informação supostamente secreta é prática usual protegida pela liberdade de imprensa²². (tradução nossa).

Os integrantes da Organização deixam claro que contam também com a colaboração de outros meios de comunicação para divulgação das informações, para que eles possam ver e usar os documentos originais de maneira livre, além da possibilidade de verem de um ângulo diferente as publicações, ver um detalhe que eles (do Wikileaks) não viram: "Ao tornar os documentos disponíveis gratuitamente, esperamos expandir análise e comentário por todos os meios de comunicação. Acima de tudo queremos que os leitores possam fazer as suas próprias interpretações"²³ (tradução nossa). Alguns desses outros meios de comunicação são grandes jornais internacionais, como *The Guardian*, na Inglaterra, *El País*, na Espanha, *The New York Times*, nos Estados Unidos e *Der Spiegel*, na Alemanha.

A próxima seção vai discutir quem são as pessoas por trás dessa organização que consegue obter vazamentos de segredos de Estado de grandes potências mundiais e como agem para obter essas informações.

²¹ Do original: "Our verification process does not mean we will never make a mistake, but so far our method has meant that Wikileaks has correctly identified the veracity of every document it has published".

²² CASTELLS, Manuel. *A ciberguerra do Wikileaks*. Observatório da Imprensa, ed.620, 15 dez.2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-ciberguerra-do-Wikileaks>>. Acesso em 15/06/2013.

²³ Do original: "By making the documents freely available, we hope to expand analysis and comment by all the media. Most of all, we want readers know the truth so they can make up their own minds".

3.2.3 O desafio de traduzir as informações contidas nos documentos

Feito o acordo com o *The Guardian*, o desafio agora era tentar traduzir as informações contidas nos milhares de páginas de documentos dos diários de Guerra do Afeganistão. As equipes se reuniam em salas secretas do jornal inglês e se ajudavam na missão de decifrar os códigos, expressões de guerra e números contidos nos documentos. O correspondente do *The Guardian* no Paquistão, Declan Walsh, foi chamado sob sigilo para ajudar nas pesquisas. Leigh afirmou após horas de trabalho: "É como buscar minúsculos grãos de ouro numa montanha de dados. Como vamos saber se há realmente uma história nisso?" (LEIGH; HARDIN, 2011, p.112).

A planilha de dados era enorme e levaria muito tempo para ser manipulada. Apesar disso, os jornalistas sabiam que era possível selecioná-la e filtrá-la para gerar imensa quantidade de estatísticas e tipos diferentes de eventos militares. Dessa forma, a divulgação dos diários de guerra do Iraque disponibilizou para os jornalistas outros 391 mil documentos, aumentando ainda mais a dificuldade de traduzir os dados.

As estratégias para extrair informações úteis de todo o material nas mãos dos jornalistas variavam. Novos tipos de jornalismo tiveram que ser desenvolvidos em cima dos dados. Um deles foi a criação de um gráfico interativo animado sobre as estatísticas dos milhares de explosões de bombas registrados nos diários de guerra do Afeganistão. "O observador poderia ver como a grande maioria das bombas na beira das estradas estava assassinando civis comuns e não adversários militares, e como os ataques iam e vinham conforme as mudanças nos desenvolvimentos políticos" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 113).

Apesar de ser um trabalho bastante cansativo, traduzir informação dos documentos não era algo preciso, que garantia a veracidade dos fatos. Muitas vezes os relatórios dos soldados deixavam faltar informações, como dias, ano, número de civis mortos, e outras informações por falta de tempo ou disposição, já que os relatórios eram feitos diariamente pelos soldados, após cada dia de guerra.

Portanto, era uma tarefa complicada produzir estatísticas de real valor. Isso enfatizava mais uma vez as limitações inevitáveis da ideologia purista do Wikileaks. O material encontrado nos documentos vazados, por mais extenso que fosse, não era "a verdade". Muitas vezes era apenas uma indicação de uma parte da verdade e exigia uma interpretação cuidadosa. (LEIGH; HARDING, 2011, p. 115)

Daí surge a importância de muitos jornalistas e profissionais especializados nas análises dos dados contidos nos documentos. Era necessário que fosse realizada uma

interpretação desses dados para depois publicar as informações, o que mostra o cuidado com do Wikileaks com a divulgação da verdade.

3.3 Mantendo o anonimato das fontes

O principal mecanismo de anonimato usado pelo Wikileaks se chama TOR (The Onion Router, – o roteado cebola), que promove uma espécie de “anonimização” clássica, fazendo com que nenhum registro seja mantido sobre o local que o arquivo foi carregado.

O sistema TOR permite que os envios sejam encobertos e as discussões internas possam ocorrer fora da vista de supostos monitores. Ele foi desenvolvido, em 1995, pelo Laboratório de Pesquisa Naval dos Estados Unidos e foi apropriado por hackers de todo o mundo. O mecanismo é concentrado no conceito de que alguém de fora nunca vai ser capaz de associar o emissor e o receptor aos examinar os pacotes de dados²⁴.

De acordo com o colunista Gilberto Soares Filho, do jornal Diário do Nordeste²⁵, o TOR foi criado com o objetivo de garantir a liberdade de acesso e expressão a milhões de pessoas em todo o mundo que vivassem em países que censuram e perseguem seus cidadãos pelo que eles fazem na internet.

Segundo o colunista, o TOR utiliza uma técnica em que uma informação é criptografada várias vezes e, ao ser transmitida, a cada passagem por um nó de roteamento (computadores que redirecionam o tráfego de dados na rede), tem uma camada retirada para que se busque a informação de para onde o resto dela deverá ir, bem parecido com o descascar de várias camadas de uma cebola. Ainda segundo o colunista, esse anonimato garantido pelo programa tem o seu lado ruim e pode ser utilizado para fins criminosos, já que pode ser utilizado para o tráfico de drogas, de armas, pornografia infantil, contrato de serviços ilegais, entre outros crimes.

De acordo com o professor e doutor em Ciência Política, Sérgio Amadeu, em seu artigo “O fenômeno Wikileaks as redes de poder”, os métodos tecnológicos utilizados pela Organização não eram inovadores. Segundo ele, até mesmo os métodos da criptografia e do TOR já eram utilizados anteriormente, argumentando que o Wikileaks não apresentou grandes

²⁴ LOPES, Élise. TOR (The Onion Router). Diretório da Busca. Disponível em: <http://www.ancientrade.com/ir-online-sem-ficar-snooped-tor-the-onion-router.html>. Acesso em: <<http://www.ancientrade.com/ir-online-sem-ficar-snooped-tor-the-onion-router.html>>.

²⁵ FILHO, Gilberto Soares. A internet que você não vê. Coluna Cybervida. Diário do Nordeste. Acesso em 22/04/2013

novidades na área tecnológica: "Também o uso de criptografia forte para proteger a comunicação de dados entre os apoiadores do Wikileaks não é inovador. A rede e o software TOR, por exemplo, têm sido usados, desde 2002, por diversos ativistas dos direitos humanos, inclusive na China." (SILVEIRA, 2011).

A Suécia foi o país onde o Wikileaks encontrou maior abertura para divulgação de informações confidenciais. Assange trabalhou em conjunto com Domscheit-Berg, programador alemão que conheceu em um Congresso de hackers europeus. O programador se dedicou a aperfeiçoar a arquitetura técnica do Wikileaks, adotando o nome de guerra: "Daniel Schmitt". Ele era entusiasmado com o idealismo social e levantava a bandeira dos hackers de que a informação deveria ser livre. Ele e Assange queriam desenvolver refúgios físicos para os servidores do Wikileaks em todo o mundo. "Os hackers em Berlim tinham ligações com o site concorrente do Wikileaks na Suécia em termos de compartilhamentos de arquivos: The Pirate Bay. E dali a trilha seguia para uma empresa de hospedagem na web chamada PRQ, que proporcionou ao Wikileaks uma face externa" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 61).

"A PRQ oferece sigilo aos clientes. Eles dizem que seus sistemas evitam que páginas de conversas online sejam grampeadas ou que se descubra quem enviou o que para quem". (LEIGH; HARDING, 2011, p. 61). Mikael Viborg, proprietário do provedor de acesso à internet, afirma:

Nós oferecemos serviços anônimos e túneis VPN (virtual private network, redes virtuais privadas). O cliente se conecta ao servidor e baixa as informações. Se alguém na fonte de informações tentar rastreá-lo, só chegará até nós – e nós não divulgamos quem estava usando aquele número de IP* (protocolo de internet). Aceitamos o que é considerado legal sob a legislação sueca, independentemente de ser questionável, porque não fazemos juízos morais. (LEIGH; HARDING, 2011, p. 61)

O hacker alemão Domscheit-Berg ficou contente com o perfil da PRQ, pois a empresa tinha o histórico de ser o provedor mais difícil de encontrar no mundo, segundo Leigh. O jornalista afirma ainda no livro que nenhuma outra empresa se preocupava menos com ameaças de advogados sobre conteúdo hospedado do que a PRQ.

Ainda de acordo com Leigh, os laptops do Wikileaks possuíam criptografias em nível militar. Se alguém tentasse apreendê-los, as informações não iam ser conhecidas, pois os dados não poderiam ser lidos, nem diretamente no disco. Os hackers do Wikileaks não tinham medo de que seus computadores fossem grampeados, pois as linhas de código para controlar o site são armazenadas em computadores remotos sob seu controle – “em nuvens” – e as senhas

de acesso são memorizadas.

3.3.1 A garantia do anonimato das fontes

A divulgação de documentos importantes dos Diários de Guerra do Afeganistão e do Iraque era algo que envolvia mais que a política externa dos países atingidos. Tinha relação direta também com as pessoas incluídas nos relatórios, as fontes. A vida de pessoas estava em jogo e era importante se discutir o que fazer com as partes dos documentos que citavam o nome das fontes.

Leigh diz que Assange parecia ser um pouco ingênuo ou arrogante no que referia aos veículos de comunicação. Parecia entender que a divulgação dos nomes dos informantes poderia ter consequências sobre todo o projeto. Nick Davies afirma: "O problema é que ele é basicamente um hacker e tinha uma filosofia simplista de que toda informação tem de ser publicada, de que toda informação é boa" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 118). Contudo Assange assumiu o papel de editor e se dedicou a remover as partes dos documentos que continham detalhes que possibilitavam a identificação de pessoas. "No final do ano em que o Wikileaks publicou essa imensa quantidade de informação, nenhuma evidência concreta viera à tona de que algum informante tivesse sofrido represálias reais" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 119).

3.4 O movimento Cypherpunk

O Wikileaks surgiu através de um grupo de hackers com ideais libertários, insatisfeitos com a política externa desenvolvida pelos Estados Unidos e demais potências mundiais. O foco era usar a criptografia para desenvolver softwares e sistemas computacionais que desvendassem códigos utilizados em documentos secretos com informações relevantes de guerra, golpes e política internacional desses países.

Os Cypherpunks (Cipher, quer dizer "escrita cifrada") defendem a utilização da criptografia e de métodos parecidos para provocar mudanças sociais e políticas. O movimento foi criado no início dos anos 90 e atingiu seu auge após a censura da internet em 2011, na Primavera Árabe²⁶.

²⁶ A Primavera Árabe foi o conjunto de manifestações e protestos ocorridos no Oriente Médio e no Norte da África, desde dezembro de 2010, que mobilizou a população desses países através de greves, manifestações, passeatas e com o uso das redes sociais para sensibilizar a comunidade internacional frente às tentativas de repressão e censuras na internet praticadas pelos Estados.

Segundo o livro *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*, livro que contém depoimentos de Julian Assange e outros três ativistas da era digital, O editor-chefe e fundador do Wikileaks, Assange, disse em seu programa de entrevistas *World Tomorrow*, realizado em parceria com a rede de TV russa WT: "De um lado uma rede de governos e corporações que espionam tudo o que fazemos. De outro, os cyberpunks, ativistas e geeks virtuosos que desenvolvem códigos e influenciam políticas públicas. Foi esse movimento que criou o Wikileaks".

Assange e os demais adeptos do movimento cyberpunk acreditam que a internet está se transformando aos poucos numa grande ameaça à sociedade: "A internet, nossa maior ferramenta de emancipação, está sendo transformada no mais perigoso facilitador de totalitarismo que já vimos" (APPELBAUM; MÜLLER-MAGUHN; ZIMMERMANN, 2012 p. 26).

Os hackers desenvolveram a percepção de que a internet está sendo usada pelas grandes potências mundiais para controlar, monitorar, investigar a vida das pessoas e dos países que eles querem dominar. Para os cyberpunks, as informações trocadas por pessoas e países do terceiro mundo são monitoradas através de sistemas criptografados utilizados pelos Estados Unidos. Todas essas informações passam por redes de fibra ótica que cruzam o oceano e satélites e chegam até as bases militares americanas. Através da criptografia e dos softwares desenvolvidos por esses hackers, é possível codificar as informações dos países chamados "fracos" por Assange, ao mesmo tempo em que é possível decodificar os segredos de Estado dessas potências.

Notamos que seria possível utilizar essa estranha propriedade para criar as leis de um novo mundo. Para abstrair nosso novo reino platônico de sua base composta de satélites, de cabos submarinos e de seus controladores. Para fortalecer nosso espaço por trás de um véu criptográfico. Para criar novos espaços fechados àqueles que controlam a realidade física, porque a tarefa de nos seguir nesses lugares demandaria recursos infinitos. E, assim, declarar a independência (APPELBAUM, MÜLLER-MAGUHN, ZIMMERMANN, 2012, p. 27).

Para os membros do movimento, a ideia é criar códigos que tornem impossível a decodificação por parte das "Super Potências", de modo a permitir um novo universo livre da censura das grandes potências e livre do controle do Estado. "A criptografia é uma incorporação das leis da física e não se deixa abalar pela petulância dos Estados nem pelas distopias da vigilância transnacional" (ASSANGE, 2012, p. 28).

O lema do movimento é *Cyberpunks: privacidade para os fracos, transparência*

para os poderosos, o que indica a intenção dos hackers em enfraquecer as grandes potências e fornecer mais liberdade para os cidadãos.

Como foi dito anteriormente neste capítulo, em um curto espaço de tempo, o Wikileaks deu um grande salto até sair da condição de simples site radical de notícias internacionais até chegar ao status de organização jornalística relacionada à diplomacia internacional reconhecida mundialmente.

3.5 Considerações do Capítulo

Este capítulo mostrou como funciona a organização Wikileaks, mundialmente conhecida após a divulgação de documentos, informações e segredos de estado relacionados aos fatos da política internacional. A organização foi fundada pelo jornalista e hacker australiano Julian Assange, em 2007, mas ganhou visibilidade na mídia apenas em 2010, após a divulgação do vídeo Collateral Murder, que mostra imagens de um ataque de soldados americanos a um grupo de civis no Iraque.

Através do seu site oficial, O Wikileaks se baseia nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em particular o artigo 19, que fala sobre a liberdade de expressão e opinião. Apesar de não permitir o acesso livre pelos leitores, o Wikileaks permite o envio anônimo de informações: o site alega que não pode ser censurado nem rastreado.

Como foi explicado no site da organização, o Wikileaks não possui fins lucrativos, por isso, o sustento do grupo fica restrito a doações de colaboradores, com interesse em ajudar a Organização por acreditar nos seus ideais. Os próprios integrantes do Wikileaks o definem como um grupo global e independente de pessoas com uma longa dedicação à ideia de uma imprensa livre e de uma sociedade transparente. O grupo inclui não só jornalistas credenciados, como programadores de software, engenheiros de rede, matemáticos e outros.

De fato, o Wikileaks representou um marco importante para a sociedade mundial no que diz respeito à quebra de barreiras da censura e dos limites à liberdade de expressão. A divulgação de documentos e informações de grandes potências mundiais, feitas por colaboradores voluntários e anônimos, mostrou que o poder exercido pelos países mais "fortes" tem um limite e que cidadãos comuns podem interferir nas condutas de política internacional adotada por esses países.

Os métodos utilizados pelo Wikileaks abriram caminho para pessoas com ideais semelhantes aos dos integrantes da Organização: Liberdade de expressão e opinião e oposição

aos métodos de censura na internet utilizados pelas grandes potências. As informações divulgadas pelo Wikileaks abriram os olhos do mundo para episódios envolvendo corrupção, massacres nas guerras, lavagem de dinheiro e outros escândalos que não são divulgados na Grande Mídia, o que demonstra a importância de iniciativas como a do Wikileaks para a Diplomacia Mundial.

No próximo capítulo, mostraremos uma análise de um dos casos mais famosos divulgados pela Organização Wikileaks, o caso dos Diários de Guerra do Iraque, divulgação de milhares de documentos secretos de guerra dos Estados Unidos, divulgados em 22 de outubro de 2010, caso que ficou conhecido como o maior vazamento de dados militares da história. Serão abordados também os métodos utilizados pelos integrantes da organização para divulgação dos documentos e as consequências desse episódio para a política mundial.

4 CAPÍTULO 3: OS DIÁRIOS DE GUERRA DO IRAQUE

Neste capítulo, iremos abordar um dos casos divulgados pelo Wikileaks que obteve maior repercussão na mídia mundial, conhecido como Diário de Guerra do Iraque (*Iraq War Logs*), inicialmente divulgados, no dia 22 de outubro de 2010, pelos jornais *The Guardian* e *The New York Times*, e posteriormente pelo *Le Monde* e a revista alemã *Der Spiegel*. Os documentos foram vazados para o site através de um ex-soldado americano combatente na Guerra do Iraque, em 2003. Os Diários consistem em cerca de 400 mil relatórios sobre atrocidades cometidas por soldados americanos durante a Guerra do Iraque (2003- 2009).

A repercussão mundial do caso trouxe algumas consequências no que diz respeito à conduta do exército norte-americano, que claramente distorceu os dados sobre o número de mortos durante a guerra e negligenciou as investigações dos casos de tortura. O caso foi escolhido para abordagem por desencadear uma discussão mais aprofundada sobre as consequências da ação do Wikileaks na política mundial, tendo, ao que indica, incitado as rebeliões da Primavera Árabe. Em relação à discussão sobre liberdade de imprensa, os diários representam uma quebra na linha tradicional de jornalismo que obedece às grandes corporações, sendo, portanto impossibilitada de arcar com as consequências de um vazamento deste porte.

Após a divulgação dos relatórios sobre a Guerra do Iraque e, em seguida, divulgação dos relatórios sobre a Guerra do Afeganistão, o Wikileaks sofreu um processo de perseguição e censura por parte do governo norte-americano, culminando na prisão de Bradley Manning, acusado de trair o Estado, e de Julian Assange, acusado por “assédio sexual” na Suécia.

4.1 Metodologia

O caso dos Diários de Guerra do Iraque, vazamento de cerca de 400 mil documentos sobre casos de tortura praticados por soldados americanos na Guerra do Iraque, publicado na mídia internacional pelos jornais *The Guardian* e *The York Times*, no dia 22 de outubro de 2010 com informações divulgadas pelo site Wikileaks, foi considerado por muitos

veículos de comunicação do mundo como o maior vazamento de documentos secretos na história militar dos Estados Unidos.

Eles relataram a Guerra e a ocupação no Iraque pelos Estados Unidos do período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2009 e, portanto, são de vital importância para se entender o impacto que o Wikileaks causou diante do contexto político mundial naquela época, pois representaram a primeira visão real sobre a história secreta da Guerra do Iraque que o governo americano mantinha em segredo.

Neste trabalho, pretende-se fazer uma análise do caso dos diários de guerra levando-se em conta como esse caso foi tratado na mídia internacional e como, após a divulgação dos relatórios, a organização começou a perder força diante das estratégias utilizadas pelo governo americano, preocupado em evitar mais ameaças pelo Wikileaks.

Para estudo do caso, foi realizado um trabalho de pesquisa bibliográfica que, segundo Stumpf (2006), trata-se de um planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o pesquisador utilizou. Com isso, foram analisados sites de jornalismo e política internacional, artigos e livros que abordavam o assunto, nos quais constava a análise de jornalistas e críticos a respeito do caso.

A análise dos diários consiste, portanto, em um estudo aprofundado do caso da divulgação dos Diários de Guerra, a fim de compreender, explorar e descrever os desdobramentos dessa divulgação pelo Wikileaks no mundo. Sobre isto, Gil (2002, p.54) afirma que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo aprofundamento de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

4.2 O Caso dos Diários de Guerra do Iraque

A divulgação dos Diários de Guerra do Iraque é considerada o maior vazamento de dados militares da história. Os documentos consistem em 391.832 arquivos secretos do exército norte-americano, divulgados em 22 de outubro de 2010 pelo Wikileaks. Os relatórios são todos relativos à Guerra do Iraque, por isso são compreendidos entre 2004 e 2009. De acordo com o que foi publicado na página do Wikileaks na internet: “Os diários relatam eventos vistos e ouvidos pelas tropas militares americanas no terreno no Iraque e são a primeira visão real sobre a história secreta da Guerra do Iraque que o governo americano

mantinha sob segredo de todos”²⁷ (tradução nossa).

Leigh (2011) define a divulgação dos relatórios: "Os Diários de Guerra do Iraque tratavam de números. Tanto a administração norte-americana quanto o primeiro-ministro britânico recusavam-se a admitir quantos iraquianos comuns haviam sido assassinados desde a duvidosa “libertação” do país pelas tropas dos dois países." (LEIGH; HARDING, 2011, p. 133).

Daniel Domscheit-Berg descreve o episódio: "Em 22 de outubro de 2010, o WL publicou 391.832 documentos sobre a Guerra do Iraque. Eram documentos militares dos anos de 2004 a 2009. Em 22 de outubro, de 2010, o material foi para a página do WL e, com isso, estava também disponível a todos." (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 233).

O governo americano alegava que não era feita uma contagem de civis e militares mortos na guerra. "Não fazemos contagem de corpos", alegou o general Tommy Franks, em 2002. Contudo, as autoridades haviam registrado que até o natal de 2010, 4.748 soldados das tropas americanas e aliadas haviam perdido a vida. A divulgação dos Diários desmentiu o governo norte-americano ao revelar um registro detalhado informando que pelo menos 66.081 civis morreram violentamente no Iraque, desde a Invasão pelos Estados Unidos. Os números norte-americanos não condiziam com a realidade principalmente no que dizia respeito ao número de civis mortos diretamente em combates militares provocados pelos EUA.

Um exemplo é o episódio do ataque à cidade de Falluja, palco de uma das batalhas mais massacrantes em 2004, já que a cidade ficou praticamente em ruínas após o combate. O exército norte-americano não registrou em seus diários as mortes de civis. Porém, os monitores do grupo extra-oficial Iraq Body Count (Contagem de Corpos do Iraque – IBC) registraram mais de 1.200 civis mortos durante o combate. O Jornal Folha de São Paulo publicou matéria, no dia 8 de novembro de 2004, sobre o ataque em Falluja:

As forças americanas começaram nesta segunda-feira, às 18h30 (13h30 de Brasília), um intenso bombardeio sobre a cidade rebelde de Fallujah [50 km a oeste da capital Bagdá]. A ação foi autorizada pelo primeiro-ministro interino iraquiano, Iyad Allawi. "Nós estamos determinados a limpar Fallujah dos terroristas", disse o premiê. [...] A operação, que começou às 2h locais (21h de ontem, no horário de

²⁷ At 5pm EST Friday 22nd October 2010 Wikileaks released the largest classified military leak in history. The 391,832 reports ('The Iraq War Logs'), document the war and occupation in Iraq, from 1st January 2004 to 31st December 2009 (except for the months of May 2004 and March 2009) as told by soldiers in the United States Army. Each is a 'SIGACT' or Significant Action in the war. They detail events as seen and heard by the US military troops on the ground in Iraq and are the first real glimpse into the secret history of the war that the United States government has been privy to throughout.. Disponível em: <<http://Wikileaks.org/irq/>>. Acesso em 21/06/2013.

Brasília), pode representar o início da ofensiva contra a cidade, que fica 50 km ao oeste de Bagdá, considerada pelo Exército dos Estados Unidos o centro do terrorismo no Iraque e onde estariam entrincheirados 2.500 combatentes²⁸.

David Leigh afirma que os Estados Unidos confundiram os dois repórteres da Reuters mortos no episódio do vídeo Collateral Murder, já abordado no capítulo anterior, com soldados inimigos.

Em outros casos, o Exército norte-americano matou civis que foram erroneamente registrados na base de dados como combatentes inimigos os dois funcionários da Reuters atingidos em Bagdá, em 2007, pela artilharia de um helicóptero Apache – no episódio registrado pela câmera de vídeo do helicóptero posteriormente descoberto e vazado para o Wikileaks. (LEIGH; HARDING, 2011, p. 134)

Em outro relatório vazado, de 11 de setembro de 2005, um soldado descreve uma operação na cidade de Ar Rutba: “Foi colocada uma carga explosiva na porta de uma casa suspeita, enquanto eram conduzidos cordão e pesquisa em Ar Rutbah. Ao entrar na casa, os marines descobriram três NWIA (sigla para “Iraquiano morto em ação). Os NWIA consistiam de um menino de dez anos, uma menina de dez anos e um menino de dois anos, todos sofriam de graves ferimentos de explosão”. No pé da página do documento há a nota: “Eventos que podem criar reação política, da mídia ou internacional”²⁹.

Mais uma vez, a ação de investigação jornalística dos integrantes do Wikileaks foi necessária para decifrar os números e os dados contidos nos documentos vazados. Os dados obtidos pelo IBC, ONG que é uma ramificação do Grupo de Pesquisa de Oxford, foram cruzados com os dados militares vazados. Um centro de jornalismo investigativo em Londres também ficou à frente do episódio.

Enquanto no vazamento do Afeganistão quem ainda dava as cartas era David Leigh do Guardian, com os documentos iraquianos quem estava à frente era Gavin MacFadyen, chefe do Center for Investigative Journalism (Centro de Jornalismo Investigativo), em Londres. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, comprometida principalmente com a formação de jornalistas investigativos e o esclarecimento sobre o uso de forma especialmente dispendiosa do trabalho jornalístico. (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 229)

O grande volume de dados dos Diários da Guerra do Iraque permitiu uma análise detalhada do conflito. Técnicas de processamento e visualização de dados foram utilizadas

²⁸ EUA iniciam forte ataque contra rebeldes em Fallujah, Folha de São Paulo, 8/11/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u78238.shtml>>. Acesso em 06/6/2013.

²⁹ O link que dá acesso à leitura dos Diários na página do Wikileaks foi tirado ar. Os arquivos, no entanto estão disponíveis para download na página da organização: <<http://Wikileaks.org/>>. Acesso em: 4/06/2013.

por veículos como New York Times, The Guardian e a revista alemã Der Spiegel, que publicaram especiais multimídia sobre o assunto. Mas a disponibilização dos Diários na Internet pelo Wikileaks possibilitou que qualquer pessoa trabalhasse os dados.

Até o final de 2010, o IBC concluiu que o número total de mortes documentadas de civis pela Guerra no Iraque, desde 2003, variava entre 99.383 e 108.501. Esses números são resultado de pesquisa intensa realizada pelo IBC, Manning e Assange, além do trabalho de jornalistas de três organizações noticiosas.

David Leigh, editor do The Guardian, chama atenção para o número espantoso total de civis, soldados locais e membros das forças de coalizão cuja morte foi causada por minas terrestres ou rebeldes ou por combates entre membros do mesmo grupo.

Nada menos que 31.780 mortes foram atribuídas a bombas improvisadas plantadas na beira das estradas pelos rebeldes. Atentados praticados por extremistas (registrados como "assassinatos") causaram mais de 34.814 vítimas. No total, os Diários de Guerra detalharam 109.032 mortes. (LEIGH; HARDING, p. 135).

Uma matéria intitulada *Escândalo do Wikileaks reativa debate sobre a guerra do Iraque*, publicada no site Opera Mundi, consta o seguinte relato:

De acordo com os Diários da Guerra do Iraque, entre os quase 110 mil mortos, 66 mil eram civis (60%) e 3800 soldados da força de coalizão (3,4%). A maior causa de morte entre os civis foi assassinato (50%), categoria usada nos casos em que os soldados norte-americanos encontraram os corpos, mas não foram responsáveis pelo crime. A segunda maior causa de morte foi explosão de artefato improvisado (30%), termo usado para designar explosões terroristas, entre outros. Ou seja, a maior parte dos civis teria sido morta por outros iraquianos³⁰.

Os Estados Unidos, o Reino Unido, e os parceiros de ocupação chegaram a justificar o imenso número de mortes no Iraque baseados no fato de que eles haviam salvado os iraquianos do brutal Estado policial de Saddam Hussein. "O legado deixado pelas tropas ocidentais foi de um Exército e de uma força policial iraquianos que continuariam a prender, abusar e assassinar seus próprios cidadãos, quase como se Saddam nunca tivesse sido deposto" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 136).

Como disse o jornalista Robert Fisk, no Jornal The Guardian, em artigo titulado: "A vergonha dos Estados Unidos exposta", publicado no dia 25 de outubro de 2010:

³⁰Escândalo reativa debate sobre a guerra do iraque. Opera Mundi. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/7288/escandalo+do+Wikileaks+reativa+debate+sobre+a+guerra+no+iraque.shtml>>. Acesso em: 07/05/2013

[Antes do vazamento] se encontrávamos um homem que tinha sido torturado, nos diziam que era a propaganda terrorista; se descobríamos uma casa cheia de crianças mortas em um ataque aéreo dos EUA, também era propaganda terrorista, ou dano colateral, ou uma simples frase: nós não temos nenhuma informação sobre isso (...). Aqui está a evidência da vergonha norte-americana. É um material que pode ser usado por advogados em tribunal³¹.

O site do Pentágono publicou o primeiro balanço oficial de mortes da Guerra do Iraque: 77 mil mortos, valor 30% menor que o relatado nos documentos vazados. Os documentos vazados da Guerra do Iraque foram publicados 52 dias depois do anúncio do fim da guerra, em 31 de agosto.

Os Diários de Guerra também denunciaram que os Estados Unidos tinham conhecimento sobre casos de abuso e torturas cometidos por soldados e policiais iraquianos contra presos, porém não investigaram nem tomaram nenhuma providência. Nick Davies, repórter investigativo do The Guardian, escreveu no dia 23 de outubro:

“Em 3 de dezembro de 2008 foram encontradas “evidências de algum tipo de procedimento cirúrgico desconhecido no abdome de outro prisioneiro, que a polícia alegou ter morrido de doença renal. Mas os registros revelam que a coalizão tem uma política formal de ignorar alegações de tortura. Eles registram que 'nenhuma investigação é necessária' e simplesmente transmitem os relatórios às mesmas unidades iraquianas envolvidas nos atos de violência. Por outro lado, todas as alegações que envolvem forças de coalizão são submetidas a inquéritos formais³².”

A ONU (Organização das Nações Unidas) cobrou dos EUA investigação dos casos de tortura no Iraque, mas nenhum resultado foi apresentado e o caso foi arquivado.

David Leigh afirmou que o que teria levado o soldado Bradley Manning a divulgar informações confidenciais foi a revolta com a conduta iraquiana e com a conivência dos militares norte-americanos.

Além do espantoso número de mortes que foi revelado com os diários, surgiam relatos de episódios também bastante polêmicos, como no caso de um helicóptero Apache, da mesma unidade do vídeo Collateral Murder, que fez contato por rádio para pedir instruções sobre como deveriam proceder na ação. Eles perseguiram dois rebeldes que haviam atacado uma base norte-americana e depois tentado fugir numa van. Ao questionarem como deveriam proceder, o controlador do outro lado da linha respondeu: “O advogado diz que eles não podem se render a uma aeronave e que ainda são alvos válidos”. Então a tripulação do

³¹ FISK, Robert. A vergonha dos Estados Unidos exposta. The Guardian. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=9&id_noticia=140017>. Acesso em: 25/06/2013.

³² DAVIES, Nick. Iraq War Logs: Secret order that let us ignore abuse. The Guardian. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/oct/22/iraq-detainee-abuse-torture-saddam>>. Acesso em: 12/05/2013

helicóptero matou os homens, enquanto eles tentavam se render.

Os diários de guerra do Iraque serviram ainda por mostrar ao mundo uma incômoda contradição: o aumento vertiginoso das torturas realizadas após a deposição de Saddam Hussein. Esse dado fez cair por terra o discurso de que as forças de coalizão iriam salvar o Iraque das atrocidades cometidas durante a sangrenta ditadura no país. A omissão das tropas americanas diante da barbárie conduzida pelas autoridades iraquianas durante a ocupação foi o estopim para encorajar o soldado e analista de inteligência Bradley Manning a vazarem os documentos secretos.

No dia 22 de outubro de 2010, Julian Assange publicou os Diários de Guerra do Iraque e anunciou: "Esta revelação é sobre a verdade".

4.3 Análise do caso

A divulgação, em 2010, dos cerca de 400 mil documentos referentes a casos de morte de tortura praticados por soldados americanos durante a Guerra do Iraque, representa mais do que "o maior vazamento de documentos secretos da história dos Estados Unidos", ela representa uma quebra de paradigmas no campo da liberdade de imprensa no mundo.

O Wikileaks, na medida em que se porta como organização independente e sem fins lucrativos, conseguiu mostrar para o mundo algo que não seria manchete dos principais jornais sem a sua intervenção. As revelações contidas nos diários apresentaram muitas verdades antes desconhecidas pela população mundial e pelos próprios americanos acerca da política de guerra dos Estados Unidos. Tais revelações não foram à toa de maneira espontânea. Não estava na pauta do The Guardian, do The New York Times, ou da Der Spiegel revelar as atrocidades cometidas pelo exército de Bush em solo Iraquiano.

Como foi dito no Capítulo 1, o jornalismo independente possui certas limitações na sociedade contemporânea, e age de acordo com regras e parâmetros que lhes são impostos. Estão inseridos, neste contexto, os motivos pelos quais esses grandes jornais não obtiveram as informações vazadas espontaneamente e divulgaram os dados de maneira independente.

Bucci (2009) afirma que o sistema comunicacional possui relações que envolvem interdependências recíprocas. Segundo o autor, a questão do jornalismo independente é complexa e comporta um leque de considerações que apontam para a impossibilidade da existência de uma prática jornalística inteiramente livre de constrangimentos. Essas limitações, no entanto, não surgem apenas por parte do Estado, mas também no interior dos

grupos de mídia e no próprio exercício da profissão de jornalista.

Baseado no que foi exposto, pode-se afirmar que o Wikileaks foi além do que o jornalismo tradicional está condicionado a proporcionar por estar delimitado às condições da mídia corporativa. Pode-se afirmar que a liberdade de imprensa deu um novo passo e é possível que se vislumbrem novas perspectivas sobre o fazer jornalismo e a denúncia da verdade.

De fato, o "fenômeno Wikileaks", como alguns críticos costumam chamar a iniciativa de Assange, inovou na medida em que usou técnicas de jornalismo investigativo, tais quais foram expostas no capítulo 2, como a busca esmiuçada pelos acontecimentos, a pesquisa minuciosa e crítica dos fatos, atreladas às novas tecnologias e práticas hackers para trazer para a população fatos e histórias que não estavam explícitos nos noticiários tradicionais.

A junção de tecnologia, técnicas de jornalismo investigativo, e preservação do anonimato das fontes, permitiu que a organização se destacasse dos outros veículos de comunicação nesse sentido, proporcionando novos resultados e informação relevante pra população mundial, o que é um dos princípios da liberdade de imprensa, de acordo com o que foi abordado no capítulo que trata do assunto: de acordo com Bucci (2009), a sociedade tem o direito de contar com serviços dos jornalistas como tem o direito de contar com serviços como saúde e educação de qualidade, enfatizando o fato da liberdade de imprensa como um direito dos cidadãos, acima de tudo. Sob este ponto de vista, está exposta uma das justificativas para a legalidade da divulgação dos diários de guerra de acordo com Bucci: o direito dos cidadãos à informação e à verdade.

Para o jornalista Sérgio Augusto, do portal Estadão de notícias, em artigo intitulado *Mr. Wikileaks*, “o Wikileaks representa um novo tipo de luta, de ativismo político apartidário. Sua ciberguerrilha já mudou as regras do jogo jornalístico ao criar o que até recentemente parecia impensável: empresas competidoras compartilhando os mesmos furos diariamente”³³. Segundo ele, ao que se sabe, não há documentos ultrassecretos no acervo de 250 mil documentos sigilosos do Wikileaks, que, antes de chegar às primeiras páginas e à internet passam pelo filtro dos cinco mais respeitados veículos de informação do Ocidente, aos quais astuciosamente se associou. “Quando vão prender os editores do Times, do

³³ AUGUSTO, Sérgio. Mr. Wikileaks. Estadão.com.br. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,mr-Wikileaks,658127,0.htm>>. Acesso em: 06/06/2011.

Guardian, do El País, do Le Monde e da Der Spiegel? E, firmada a jurisprudência, quando vão prender Bob Woodward pelos vazamentos contidos em seus best-sellers?”, questiona.

O que mais impressiona nos diários de guerra é que esses relatos escritos no calor da batalha ajudam a contar a história oculta de um conflito obscurantista e polêmico. Embora os governos dos EUA e da Inglaterra tenham adotado a estratégia de não revelar o número de baixas e minimizar os incidentes envolvendo civis, os relatórios vazados serviram de base para o levantamento de organizações independentes, como a ONG Iraq Body Count. Acredita-se que pelo menos 108.501 inocentes tenham sido mortos em solo iraquiano até 2010.

As estatísticas oficiais dão conta de apenas 66.081, número considerado subdimensionado por várias razões, entre as quais o fato de vários mortos terem entrado para os registros como “combatentes inimigos”. O maior exemplo foi os dois jornalistas da Reuters que aparecem num vídeo sendo atingidos pela artilharia do helicóptero Ah-64 Apache, culminando com a morte de 12 pessoas, sendo duas crianças – uma das primeiras revelações do Wikileaks antes do grande vazamento.

A repercussão da divulgação dos Diários de Guerra foram além do fato de causar desconforto aos Estados Unidos diante da comunidade diplomática mundial, mudanças políticas foram geradas. As revelações dos cerca de 400 mil documentos militares americanos, que mostraram que 63% das mais de 109 mil mortes foram de civis e que comprovaram casos de tortura dentro de prisões ocultados pelo exército norte-americano, provocaram a queda dos embaixadores na Líbia e no Turcomenistão e, segundo tese levantada pelos repórteres do The Guardian, teriam ajudado a insuflar os levantes populares que culminaram com a Primavera Árabe, revolta popular que varreu parte do Oriente Médio e da África que teve início no final de 2010 na Tunísia, logo depois da divulgação dos Diários de Guerra do Iraque pelo Wikileaks, culminando na queda do presidente Ben Ali.

Além das consequências políticas da Primavera Árabe, no dia 27 de outubro de 2010, o jornal O POVO publicou nota na sessão "2 min" do caderno "Mundo", sobre a condenação de morte do ex-chanceler e ex-vice-primeiro ministro de Sadam Hussein, Tareq Aziz, por seu papel na eliminação dos partidos religiosos. O jornal faz a ligação da demissão com a divulgação dos documentos (Diários de Guerra do Iraque) que denunciavam casos de tortura e morte na Guerra do Iraque e afirma que Tareq, na época da Guerra, era vice-premier de Sadam Hussein, tendo portando relação direta com o caso.

Em entrevista à revista *Rolling Stone* publicada em fevereiro de 2012, Assange

comenta sobre o fato de muitos de seus críticos afirmarem que ele teria incentivado a Primavera Árabe:

Com relação à Primavera Árabe, a maneira como a vi em outubro de 2010 é que as estruturas de poder no Oriente Médio são interdependentes, uma apoia a outra. Se pudéssemos liberar informações suficientes na velocidade suficiente sobre muitos desses indivíduos e organizações poderosos, sua capacidade de apoio mútuo diminuiria. Eles teriam de enfrentar suas próprias batalhas locais – teriam de se voltar para dentro para lidar com a crise política doméstica resultante dessas informações e, portanto, não teriam os recursos para preparar os países vizinhos³⁴.

De acordo com Sérgio Amadeu (2011), os ataques dos governos dos países afetados pela divulgação dos documentos pelo Wikileaks gerou uma repercussão, de certo modo, positiva, pois motivou a mobilização de movimentos ciberativistas e chamou atenção para o problema do controle da informação por parte das grandes potências.

Sem dúvida, os organismos de inteligência e os grupos conservadores atacam o Wikileaks como parte do que tem sido denominado cyberwar e netwar. Porém, a mobilização política e cibernética contra o Wikileaks gerou uma grande articulação em seu favor. Centenas de sites passaram a espelhar o site do Wikileaks, ou seja, as tentativas do governo mais poderoso do planeta de eliminar o site fracassaram diante da rede distribuída (SILVEIRA, 2011).

De fato, a divulgação dos documentos secretos pelo Wikileaks não representaram uma ameaça ou algo concretamente prejudicial no que diz respeito à política americana. Isso foi reconhecido mais tarde pelos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos. "Contrariamente às terríveis alegações feitas em público sobre os crimes do Wikileaks os oficiais do Departamento de Estado parecem ter concluído, em meados de janeiro, que os controversos vazamentos divulgados pelo site causaram poucos danos reais e duradouros à diplomacia norte-americana" (LEIGH; HARDING, 2011, p. 246).

Já Sérgio Amadeu, acredita que o Wikileaks não representou de fato um grande marco na história da política internacional, de modo que não quebrou paradigmas ou mudanças significativas na política externa dos Estados Unidos.

As consequências políticas efetivas dos vazamentos, difundidos em 2010, foram menores do que outras denúncias que desnudaram operações secretas, como as do escândalo Watergate que resultaram na renúncia do presidente Nixon. Até o início de 2011, as ações do Wikileaks não alteraram nenhuma posição estatal importante, por exemplo, no governo norte-americano (SILVEIRA, 2011).

³⁴ Entrevista Rolling Stone: Julian Assange. Rollin Stone, edição 65, fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-65/entrevista-rolling-stone-julian-assange?page=4>>. Acesso em: 10/06/2013

Esse é um aspecto que mostra mais uma vez o poder de controle que o Estado americano conseguiu exercer sobre os escândalos divulgados pelo Wikileaks. Muitos veículos de comunicação, americanos na maioria dos casos, nem chegaram a dar a devida importância aos fatos por se sentirem, de certa forma, inibidos em “atacar” a nação mais poderosa do planeta. Esse fato gera ainda mais preocupação, pois ao mesmo tempo em que novas tecnologias dispõem de técnicas e meios para uma maior facilidade na distribuição de informação, o controle dos meios de comunicação ainda se sobrepõe e impede que essas informações cheguem à população. Se os escândalos tivessem mobilizado de maneira mais eficaz as pessoas, consequências teriam sido geradas na composição do governo norte-americano.

Essa consequência tem ligação direta com o que foi exposto no capítulo 1, sobre a relação entre imprensa e governo. Segundo Buci (2009), a imprensa possui uma relação com outros campos da comunicação, como a publicidade, o entretenimento, os governos, as assessorias de imprensa, as ONGs e etc. Segundo ele, os sistemas se conectam em relações que envolvem interdependências recíprocas. Contudo, deve-se observar a premissa da independência em alto grau, caso contrário, a interdependência será apenas um termo eufemístico para esconder a real submissão de um sistema a outro.

As discussões e repercussões em torno das divulgações de vazamentos dos relatórios sobre a Guerra do Iraque serviram também como um alerta para a opinião pública de que a liberdade de expressão dos indivíduos de uma sociedade está ameaçada pelas grandes corporações que possuem o controle do sistema dos meios de comunicação. Uma das formas encontradas pelos Estados Unidos para tentar barrar as publicações do Wikileaks foi impedindo empresas financeiras de estabelecerem vínculos com a Organização, o que causou grande prejuízo ao site.

Castells, em seu livro *Comunicação e Poder* (2009), define que o poder se baseia no controle da comunicação. A partir disso podemos compreender a reação dos Estados Unidos contra o Wikileaks após os vazamentos sobre a Guerra do Iraque. De acordo com o sociólogo em seu artigo no Observatório da Imprensa *A ciberguerra do Wikileaks*, estamos entrando em uma nova fase da comunicação política, não tanto porque se revelam segredos ou fofocas como porque eles se espalham por um canal que escapa aos aparatos de poder.

O verdadeiro problema trazido pelo Wikileaks diz respeito à possível dificuldade de relação entre estados após as revelações políticas. A questão do perigo de vida para

soldados ou civis inocentes está fora de questão, de modo que já foi provado que não representa uma possibilidade concreta, foi apenas um argumento encontrado pelos EUA para atacar Assange. O questionamento gira então em torno da seguinte questão: divulgar a verdade sobre as guerras e sobre crimes cometidos contra cidadãos ou prezar pela boa relação política entre os estados? Essa é sem dúvidas uma questão que deve ser pensada.

Julian Assange, em artigo intitulado *A verdade ganhará sempre*, no site Observatório da Imprensa, afirma:

As pessoas afirmaram que sou antiguerra: que fique registrado, eu não sou. Algumas vezes, nações precisam ir à guerra e simplesmente há guerras. Mas não há nada mais errado do que um governo mentir à sua população sobre estas guerras e então pedir a estes mesmos cidadãos que coloquem suas vidas e o dinheiro de seus impostos a serviço dessas mentiras. Se uma guerra é justificável, então diga a verdade e a população dirá se deve apoiá-la ou não³⁵.

Ainda de acordo com Castells (2003): “Não está em jogo a segurança dos Estados (nada do revelado põe em perigo a paz mundial nem era ignorado nos círculos de poder). O que se debate é o direito do cidadão de saber o que fazem e pensam seus governantes. E a liberdade de informação nas novas condições da era da internet”.

Após a divulgação dos chamados "Cables", – telegramas diplomáticos americanos pelo Wikileaks em novembro de 2010 – teve início uma verdadeira "guerra" de perseguição a Julian Assange pelos Estados Unidos. A organização começou a enfrentar problemas financeiros, causados, na sua grande maioria, devido ao "bloqueio econômico" imposto pelo governo americano, que impediu empresas de crédito que atuavam nas transações financeiras da organização, como Visa, Mastercard e Paypal. Assange relacionou os fatos e acusou o governo norte-americano de "dar um golpe" na organização.

Além dos problemas financeiros vieram as acusações de assédio na Suécia. Após ser acusado por duas mulheres suecas de "estupro", Julian Assange estava impossibilitado de mudar de país e impedido de atuar na organização.

Esses fatos são encarados claramente como uma tentativa dos Estados Unidos de cessar as atividades de divulgação de documentos secretos pelo Wikileaks, caracterizando-se como um atentado à liberdade de expressão e violação dos direitos humanos, ferindo o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que toda pessoa tem o direito à

³⁵ ASSANGE, Julian. A verdade ganhará sempre. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/news/view/a-verdade-ganhara-sempre>>. Acesso em: 13/05/2013.

liberdade de opinião e expressão, incluindo a liberdade de ter opiniões sem interferência e de procurar, receber e transmitir informações e ideias independente de fronteiras.

5 CONCLUSÃO

De 2007, data em que foi criado, para 2010, quando foram publicados os principais vazamentos envolvendo os Estados Unidos, como o vídeo do helicóptero Apache e os Diários de Guerra do Afeganistão e do Iraque, o Wikileaks foi responsável por colocar na web cerca de 1,2 milhão de documentos até junho de 2013. Os vazamentos trouxeram consequências para os países envolvidos. Em relação aos Estados Unidos, alvo que mais foi atingido pelas revelações contidas nas publicações, os efeitos foram principalmente negativos, pois trouxe à tona a verdade sobre o que ocorria por trás da política de guerra americana; revelações que chocaram diversos países no mundo.

O site mostrou a importância da liberdade de imprensa na medida em que disponibilizou um sistema na web capaz de receber documentos anônimos, e assegurar o anonimato das fontes – contribuintes em qualquer parte do planeta que quisessem ser úteis no desvendamento de informações sigilosas importantes para a política internacional. Dessa forma, o Wikileaks surgiu como uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais, ao monopólio da grande mídia na divulgação de informação, fortalecendo a opinião pública nos espaços virtuais (internet), que permite uma maior propagação de pensamentos e ideias.

Nesses espaços, as “produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo são mídias para outros públicos”, onde “não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual; como eles podem determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces. (ANTOUN & MALINI, 2010, p. 7)

O resultado dessas revelações, como no caso dos Diários de Guerra do Iraque – objeto de estudo deste trabalho, as torturas praticadas por soldados americanos e a morte de civis, sem dúvidas incomodou alguns governos e preocupou as forças das principais potências mundiais que tinham ligação direta com as acusações presentes nos documentos. Algo novo estava surgindo e podia trazer sérios problemas para esses países e grandes corporações.

A principal contribuição dada pela divulgação dos Diários de Guerra do Iraque à sociedade mundial é no campo da evolução da liberdade de imprensa. A divulgação dos 400

mil documentos ultrassecretos representou um marco no modo de fazer jornalismo que até então não era pensando: ele colocou em pauta em três grandes jornais mundiais um assunto que antes era tratado com certo receio diante da comunidade diplomática mundial. Foram trazidas à tona informações e questões relevantes para população não só dos Estados Unidos, mas de todos os países que com ele possuem uma relação. A morte de 108.501 inocentes durante a Guerra, a política de guerra obscura dos americanos, a falta de transparência do governo e outras questões foram oferecidas ao público graças à organização de Assange. De acordo com este argumento, o Wikileaks cumpriu com um dos direitos do cidadão: o da liberdade à informação.

Dessa forma, por não só revelar fatos desconhecidos da população sobre governos políticos, mas também permitir a livre participação de cidadãos comuns que obtivessem informações importantes, o Wikileaks surpreendeu aqueles que duvidavam do poder da divulgação da verdade e de informações mantidas sob sigilo pelos governos.

Este trabalho mostrou de que forma o site de Julian Assange inovou nas práticas do fazer jornalístico na medida em que ultrapassou os limites impostos pelos governos e corporações à liberdade de imprensa, divulgando documentos escondidos pelo governo para que a verdade não fosse dita à população. Foi analisado, para tal conclusão, um dos casos que obtiveram maior visibilidade na mídia internacional: Os Diários de Guerra do Iraque, publicados pelos jornais *The Guardian*, *The New York Times*, e a revista alemã *Der Spiegel*.

Assim, de acordo com o que foi abordado no Capítulo 3, as discussões e repercussões em torno das divulgações de vazamentos dos relatórios sobre a Guerra do Iraque serviram também como um alerta para a opinião pública de que a liberdade de expressão dos indivíduos de uma sociedade está ameaçada pelas grandes corporações que possuem o controle do sistema dos meios de comunicação

A atuação da organização Wikileaks proporcionou a perspectiva de que os cidadãos não necessariamente dependem da imprensa tradicional para obter informações de qualidade. No contexto da informatização da informação que se vive atualmente, a população tem maior poder de interferência nas questões sociais e políticas e poder de divulgação de informação. As questões levantadas pelo fenômeno Wikileaks trazem à tona a nova realidade enfrentada pelos governos: mais transparência em relação à população à medida que se deve ter mais segurança perante possíveis ataques inimigos.

O sociólogo espanhol Manuel Castells, em seu livro *A galáxia da internet*, fala

sobre a ocorrência desses novos fenômenos que estão mudando a sociedade e sobre a utilização de novas tecnologias para manifestação dessas mudanças: "Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet" (CASTELLS, 2003, p. 115). O ciberespaço, como uma esfera pública interconectada onde sujeitos podem realizar suas críticas públicas ao poder (SILVEIRA, 2009), é um espaço propício para o surgimento de iniciativas que contestem práticas e processos culturais estabelecidos na sociedade atual.

Atualmente, os meios de comunicação dispõem de meios que facilitam a relação com o público, tornando-o mais próximo deles. A proximidade permite a troca de ideias e faz com que o conhecimento flua mais facilmente. Não é mais simples, por exemplo, um governo privar a população de saber de certas informações do poder público, as redes de compartilhamento se encarregam da distribuição da informação e, algumas vezes, do anonimato das fontes.

A perseguição e prisão de Assange pelo governo dos Estados Unidos, em dezembro de 2010, caracteriza uma preocupação do Estado americano em cessar as ações do grupo e censurar a divulgação das informações por Assange. O fundador do Wikileaks se encontra na embaixada do Equador em Londres, aguardando julgamento. Também nos últimos meses teve início o julgamento do soldado americano Bradley Manning, que vazou os documentos dos Diários de Guerra do Iraque e do Afeganistão. O caso contra o soldado, no entanto, tem sido duramente criticado por advogados e defensores das liberdades civis por conta das potenciais implicações para a liberdade de imprensa. Durante a primeira semana de julgamento, um militar afirmou que Osama bin Laden pediu pessoalmente para ver documentos vazados sobre a guerra no Afeganistão, e isso serviria para mostrar que Manning tinha que saber que a informação secreta vazada por ele seria útil a inimigos dos EUA, de acordo com o artigo *Julgamento de Bradley Manning reforça críticas ao governo Obama*, no site Observatório da Imprensa³⁶.

Diante do que foi exposto, podemos entender os motivos pelos quais o site representava uma ameaça para certos governos. Na segunda-feira, dia 26 de julho de 2010, dia em que a imprensa internacional divulgou 92 mil documentos sobre a campanha dos Estados Unidos no Afeganistão, escândalo que abalou a opinião pública mundial, Joshua Foust, da

³⁶ Julgamento de Bradley Manning reforça críticas ao governo Obama. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed750_julgamento_de_bradley_manning_reforca_criticas_ao_governo_obama>.

rede americana PBS, acusou: "O último vazamento da Wikileaks, que postou 92 mil documentos secretos na internet e desafia leitores a encontrar algo notável neles, põe um número enorme de pessoas em risco e Assange não parece se importar". Ross Baker, professor da universidade americana Rutgers e ex-assessor de democratas e republicanos no Congresso, publicou no inglês The Guardian: "Esta informação ajuda e conforta o inimigo e parece uma WikiTraição". Após a divulgação, em abril de 2010, do vídeo do helicóptero Apache, o Wikileaks passou dois meses sem divulgar nenhum documento. Países como a China e a Austrália e o banco suíço Julius Baer tentaram censurar o site de Assange tirando-o do ar, mas o sistema de hospedagem do Wikileaks não permitia a identificação dos servidores.

Ainda segundo Castells: "a contraofensiva internauta não se fez esperar. Os ataques de serviços de inteligência contra a rede do Wikileaks fracassaram porque proliferaram as redes espelho, ou seja, cópias imediatas das redes existentes, mas com outro endereço. A esta altura há mais de mil em funcionamento"³⁷.

O Wikileaks perdeu força após a prisão de Assange, porém o site continua disponível na internet, permitindo o download de todos os documentos na íntegra divulgados pelo grupo. Apesar da perseguição pelo governo norte-americano, o Wikileaks ainda conta com colaboradores fiéis. A missão de levar informação relevante à população mundial sobre escândalos e segredos de Estados de grandes países e corporações foi devidamente cumprida por Assange e seus companheiros, que tiveram seu feito reconhecido por milhares de pessoas no mundo que defendem a causa da liberdade de imprensa. Não se sabe sobre o futuro da organização, contudo, certamente abriu-se um caminho possível para os defensores da liberdade no mundo.

A censura encontra, porém, novas barreiras diante do contexto de compartilhamento de informações na era da informática. Ela encontrou também novos meios de sobreviver no ciberespaço. O recente caso que foi divulgado no início de junho deste ano pelos jornais The Washington Post e The Guardian, mostrou que a Agência de Segurança Nacional (ANS), dos Estados Unidos, utiliza um programa chamado Prism que utiliza os servidores de empresas, como o Google, Apple, e Facebook, para ter acesso direto aos dados dos usuários, sem a sua permissão, caracterizando um caso de censura que é inconstitucional e fere a Quarta Emenda da Constituição americana.

³⁷ CASTELLS, Manuel. A ciberguerra do Wikileaks. Observatório da Imprensa, ed.620, 15 dez.2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-ciberguerra-do-Wikileaks>>. Acesso em 15/06/2013.

Os dados foram divulgados pelo ex-técnico da CIA (Central de Inteligência Americana), Edward Snowden. O caso chama atenção da mídia internacional, pois além de se configurar como um caso de espionagem ilegal pelo governo americano e levantar discussões a respeito do direito à privacidade dos cidadãos, gera polêmica entre os aliados dos Estados Unidos, que não querem criar “inimizade” com a potência americana e não aceitam dar asilo político a Snowden. Porém, esse é um tema para ser abordado em trabalhos futuros, onde serão contestados os motivos que levaram o governo americano a cometer tal prática e as consequências deste fato para a comunidade política internacional.

Portais de notícias nacionais publicaram, na semana do dia 30 a 7 de julho de 2013, informações de que agências de inteligência norte-americanas teriam montado uma rede de vigilância global que teria entre seus alvos as comunicações eletrônicas e telefônicas originadas ou recebidas no Brasil. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou que a Polícia Federal investigue as denúncias. Eis aqui outro tema para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amazon cria polêmica ao expulsar WikiLeaks. <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,OI4824089-EI12884,00-Amazon+cria+polemica+ao+expulsar+WikiLeaks.html>>. Acesso: 12/06/2013

ANTOUN, H.; MALINI, F., Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos, In: **XIX Encontro da Compós**, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2010.

ASSANGE, APPELBAUM, MAGUHN, ZIMMERMANN. **Cypherpunks**. 2012.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Jornalismo pós-Wikileaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. Contemporânea – **Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011.

CRUZ, Carole Ferreira da. Ciberativismo Planetário: Revelações Sobre a Parceria Entre o Wikileaks e a Mídia Internacional. Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET). Disponível em: <http://www.getempo.org/index.php/revistas/48-edicao-n-07-abril-de-2012/resenhas/104-ciberativismo-planetario-revelacoes-sobre-a-parceria-entre-o-wikileaks-e-a-midia-internacional-por-carole-ferreira-da-cruz>. Acesso em 15/06/2013

DOMSCHEIT-BERG, Daniel. **Os bastidores do Wikileaks: A história do site mais controverso dos últimos tempos escrita pelo seu porta-voz**. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier. 2011.

FILHO, Gilberto Soares. A internet que você não vê. Coluna Cybervida. Diário do Nordeste. 22/04/2013.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo. Ed. Contexto, 2005

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

Livro: Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação. capítulo 3: Pesquisa bibliográfica. Autora: Ida Regina C. Stumpf. ano: 2006. editora: Atlas. pág. 51.

RODRIGUES, Alexandre. **Wikielaks: como um simples site pode mudar a história**. Revista Veja. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4586459-EI12884,00-Wikileaks+como+um+simples+site+pode+mudar+a+historia.html>>. Acesso em 12/06/2013.

SELAIMEN, Graciela B. Governos, empresas, Wikileaks e governança da internet.

- Contemporânea – **Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo. Ed. Summus Editorial, 2005
- SILVEIRA, Sergio Amadeu da. O fenômeno Wikileaks e as redes de poder. Contemporânea - **Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011
- SURIAN, Francisco Emílio. **A liberdade de imprensa e sua ressignificação no neoliberalismo: O jornalismo sob a ameaça da intensificação da produtividade e da lucratividade**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, 2007.